



RELATÓRIO ANUAL 2022

 **SICOOB**
CREDIUCAR

A SUA COOPERATIVA. PONTE.



SICOOB
CREDIUCAR



► **PROpósito**

Conectar pessoas para promover justiça financeira e prosperidade.

► **MISSÃO**

Promover soluções e experiências inovadoras e sustentáveis por meio de cooperação.

► **VISÃO**

Ser reconhecida em cooperativismo, promovendo o desenvolvimento econômico e social das pessoas e comunidades.

► **VALORES**

Respeito e valorização das pessoas; excelência, eficiência, cooperativismo e sustentabilidade; ética e integralidade; inovação e simplicidade.

CONSELHOS E DIRETORIA

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente:	José Emílio Ortalani
Vice-Presidente:	Marcio Antonio Franco de Camargo
Conselheiros:	Luis Flávio Mazzotti
	Rodrigo Neves Dias
	Edelson Luis de Abreu
	Denilson Ponceca Fracari

CONSELHO FISCAL

Eletivos:	Antonio Duarte Ribeiro
	Ederson Fabiano Bardelli
	Sonia Rosinei Boscoli

DIRETORIA EXECUTIVA

Dir. Administrativo:	Daniel Sossai
Dir. Operacional:	Umberto José Marcomini

ÍNDICE

Mensagem do Presidente do Conselho.....	04
Relatório da Administração.....	06
Avaliação de Risco.....	11
Selo GPTW.....	12
Notícias.....	13
Balanço Social.....	36
Parecer da Auditoria Externa.....	37
Parecer do Conselho Fiscal.....	110
Portfólio de Produtos.....	111

PALAVRA DO PRESIDENTE

Prezados cooperados,

É com grande satisfação que eu, como Presidente do Conselho de Administração desta cooperativa de crédito, dou inicio a mais uma Assembleia Geral Ordinária. Gostaria de agradecer a presença de todos vocês, que dedicam seu tempo e confiança em nossa instituição.

Neste momento, gostaria de destacar alguns pontos importantes que foram alcançados no último período. Nosso desempenho financeiro bem sido sólido, graças ao comprometimento de nossos colaboradores e à confiança de nossos cooperados. Em especial, gostaria de enfatizar que no ano de 2022 tivemos um resultado bruto de R\$ 3.136.379,13 ou seja 110,50% maior que ano de 2021 e também fazer menção aos juros pagos ao capital, que representam um retorno justo e competitivo aos nossos investidores, que foi R\$ 1.324.022,35 o que corresponde à 231% em relação ao ano de 2021.

Posteriormente serão apresentadas pelo nosso diretor Operacional o Sr. Umberto José Marcomini, o balanço patrimonial do período bem como os índices de acompanhamento. No Ativo, destacam-se os empréstimos e as aplicações financeiras, que representam nossa atividade principal e nossas reservas de segurança. No Passivo, destacamos os depósitos de nossos cooperados, que são nossa principal fonte de captação de recursos.

Resalto ainda a evolução em comercialização de produtos tais como seguros, comércio em várias companhias alcançamos o primeiro lugar na central e nível nacional. Iniciamos um projeto de agência digital o qual tem como principal finalidade melhorar a qualidade e rapidez no atendimento de nossos cooperados, que são os verdadeiros donos da negócio.

PALAVRA DO PRESIDENTE

É importante também ressaltar que a transparéncia e a prestação de contas são valores fundamentais em nossa cooperativa de crédito. Por isso, estamos à disposição para esclarecer qualquer dúvida que possam surgir durante a apresentação das contas. Nossa equipe de colaboradores está pronta para atendê-los e prestar todas as informações necessárias.

Por fim, gostaria de reforçar nosso compromisso com a excelência no atendimento, satisfação dos nossos cooperados e na gestão de seus recursos. É por meio do trabalho conjunto e do engajamento de todos que conseguimos crescer e prosperar juntos, e também agradeço a todos os nossos colaboradores pelo empenho e dedicação. Agradeço novamente a presença de todos e desejo uma excelente assembleia.

Muito obrigado.

Santa Cruz das Palmeiras-SP, 14 de março de 2023.



José Emilio Ortolani
Presidente do Conselho de Administração

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Relatório da Administração 31 de dezembro de 2022

COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DE SANTA CRUZ DAS PALMEIRAS E REGIÃO

Bem-vindos, cooperados e comunidade.

Seguindo o princípio da informação e prezando pelo valor da transparéncia, apresentamos neste documento as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022 da cooperativa financeira SICOOB CREDIÇUCAR.

Aqui você também vai conhecer um pouco mais sobre a cooperativa e os resultados que alcançamos juntos no período. Esperamos que aprecie o conteúdo e descubra em nossos números a força do cooperativismo financeiro.

Boa leitura!

1. Contexto Sicoob

Formado por centenas de cooperativas financeiras espalhadas por todo o Brasil e presente em cerca de 2,2 mil municípios, o Sicoob é um dos maiores sistemas financeiros do país. Juntas, as cooperativas somam mais de 7 milhões de cooperados que construem juntas um mundo com mais cooperação, pertencimento, responsabilidade social e justiça financeira.

2. Sustentabilidade

Visando estruturar um ambiente de sustentabilidade sistêmica que integre as práticas sociais, ambientais e de governança (ESG) ao modelo de negócios do Sicoob, todas as organizações do Sistema estão se mobilizando em torno do Pacto pelo Desenvolvimento Sustentável.

Para traduzir aos cooperados e às comunidades os nossos compromissos, contamos com um **Plano de Sustentabilidade, Agenda e Relatório de Sustentabilidade**, alinhados ao nosso plano estratégico e aderente as diretrizes do Banco Central do Brasil voltadas à **Política de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática**. Quer saber mais? Acesse www.sicoob.com.br/sustentabilidade.

3. Nossa cooperativa

O SICOOB CREDIÇUCAR é uma instituição financeira cooperativa voltada para fomentar o crédito para seu público-alvo, os cooperados, que, além de contar com um portfólio completo de produtos e serviços financeiros, têm participação nos resultados financeiros e contribuem para o desenvolvimento socioeconômico sustentável de suas comunidades.

Conheça um pouco do nosso Conselho de Administração e Diretoria:

4. Política de Crédito

Nossa atuação dá-se principalmente por meio da concessão de empréstimos e captação de depósitos. Concessão essa que é realizada para cooperados após prévia análise, respeitando limites de alçadas pré-estabelecidos que devem ser observados e cumpridos. Realizamos, ainda, consultas cadastrais e análises através do "RATING" (avaliação por pontos), buscando assim garantir ao máximo a liquidez das operações.

Nossa política de classificação de risco de crédito está de acordo com a Resolução-CMN nº 2.682/99, havendo uma concentração de 78,95% nos níveis de "AA" a "C".

5. Governança Corporativa

A participação nas decisões é um valor que permeia nosso negócio, por isso cada cooperado tem direito a voto nas assembleias. Entre as decisões, está a eleição do

Conselho de Administração, que é responsável pelas decisões estratégicas.

Os atos da administração da cooperativa, bem como a validação de seus balancetes mensais e do balanço patrimonial anual, são realizados pelo Conselho Fiscal que, também eleito em Assembleia, é responsável por verificar esses assuntos de forma sistemática. Ele atua de forma complementar ao Conselho de Administração. Neste mesmo sentido, a gestão dos negócios da cooperativa no dia a dia é realizada pela Diretoria Executiva.

A cooperativa possui ainda um Agente de Controles Internos, supervisionado diretamente pelo Diretor responsável pelo gerenciamento contínuo de riscos. O objetivo é acompanhar a aderência aos normativos vigentes, sejam eles internos e/ou sistêmicos (SICOOB CENTRAL CECRESP e Sicoob Confederação), bem como aqueles oriundos da legislação vigente.

Os balanços da cooperativa são auditados por auditor externo, que emite relatórios, levados ao conhecimento dos Conselhos e da Diretoria. Todos esses processos são acompanhados e fiscalizados pelo Banco Central do Brasil, órgão ao qual cabe a competência de fiscalizar a cooperativa.

Tendo em vista o risco que envolve a intermediação financeira, a cooperativa adota ferramentas de gestão como o Manual de Crédito, que foi aprovado, como muitos outros manuais, pelo Sicoob Confederação e homologado pela central.

Além do Estatuto Social, seguimos regimentos e regulamentos, entre os quais destacamos o Regimento Interno, o Regimento do Conselho de Administração, o Regimento do Conselho Fiscal e o Regulamento Eleitoral.

A cooperativa adota procedimentos para cumprir todas as normas contábeis e fiscais. Além disso, os integrantes da nossa cooperativa estão em harmonia com o Código de Ética e de Conduta Profissional proposto pelo Sicoob Confederação.

Todos esses mecanismos de controle, além de necessários, são fundamentais para levar aos cooperados e à sociedade a transparência da gestão e de todas as atividades desenvolvidas pela instituição.

6. Sistema de Ouvidoria

É um canal de comunicação com os nossos cooperados e integrantes das comunidades onde estamos presentes, em que são atendidas manifestações sobre nossos produtos.

No exercício de 2022, o SICOOB CREDIUCAR registrou o total de 5 (cinco) manifestações sobre a qualidade dos produtos e serviços oferecidos pela cooperativa. Dentre elas, havia reclamações, pedidos de esclarecimento de dúvidas e solicitações de providências relacionadas principalmente a conta corrente, operações de crédito, cartão de crédito e atendimento. Das reclamações, 2 (dois) foram consideradas procedentes e resolvidas dentro dos prazos regulamentares, conforme legislação vigente.

7. Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito

O PGCoop é uma associação civil sem fim lucrativo criada para tornar as cooperativas financeiras tão competitivas quanto os bancos comerciais e proteger as pessoas que depositam sua confiança em cooperativas financeiras regulamentadas. Ele assegura que o cooperado receba seu dinheiro de volta nos casos de eventual intervenção ou liquidação da cooperativa financeira pelo Banco Central do Brasil, até o limite de R\$ 250 mil (duzentos e cinquenta mil reais) por CPF ou CNPJ.

De acordo com o artigo 2º da Resolução CBN nº 4.284, de 05/11/2013, a contribuição mensal ordinária das instituições associadas ao Fundo é de 0,0125%, dos saldos das obrigações garantidas, que abrangem as mesmas modalidades protegidas pelo Fundo Garantidor de Créditos dos bancos, o PGCoop, ou seja, os depósitos à vista e a prazo, as letras de crédito do agronegócio, entre outros.

8. Demonstrações dos Resultados da Cooperativa

Data-base: 31 de dezembro de 2022.

Unidade de Apresentação: reais.

Grandes nomes	% de variação	31/12/2022	31/12/2021
Resultados Financeiros	81,12%	1.812.396,78	1.084.454,51
Patrimônio Líquido	34,11%	20.505.493,68	16.523.736,88
Altros	16,38%	129.047.842,20	126.646.750,00
Depósitos na Centralização Financeira	0,58%	58.403,68	50.211,27

Número de cooperados	% de variação	31/12/2022	31/12/2021
Total	8,16%	9.929	8.930

Carteira de Crédito	% de variação	31/12/2022	31/12/2021
Carteira Rural	-0,77%	464.725,30	477.945,83
Carteira Comercial	-0,60%	81.262.775,24	84.386.923,23
Total	-0,39%	81.727.500,17	84.751.869,06

Os Vinte Maiores Devedores representavam na data-base de 31/12/2022 o percentual de 23,85% da carteira, no montante de R\$ 24.029.316,78.

Captações	% de variação	31/12/2022	31/12/2021
Depósitos à vista	-0,50%	37.717.207,80	29.821.056,59
Depósitos seis meses	-32,20%	1.304.828,24	1.878.000,00
Depósitos a prazo	22,97%	182.500.049,85	63.362.126,23
Total	15,32%	131.521.065,09	113.001.482,82

Os Vinte Maiores Depositantes representavam na data-base de 31/12/2022 o percentual de 23,03% da captação, no montante de R\$ 30.291.909,54.

Descrição	% de variação	31/12/2022	31/12/2021
Patrimônio de referência (PR)	29,25%	18.239.204,05	14.562.361,25

9. Agradecimentos:

Agradecemos aos nossos cooperados pela preferência e confiança e aos empregados pela dedicação.

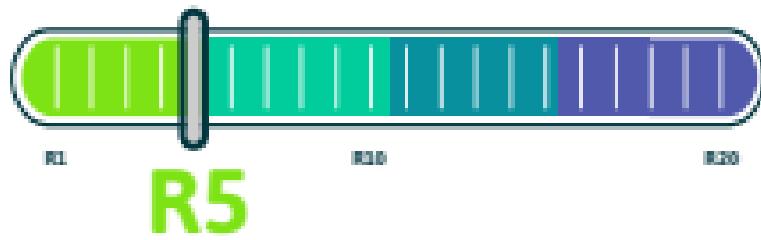
Comitê de Administração e Diretoria.

SANTA CRUZ DAS PALMEIRAS-SP, 10 de fevereiro de 2023.

A NOSSA COOPERATIVA ESTÁ MAIS CONFIÁVEL E MELHOR AVALIADA EM NÍVEL NACIONAL!

Na avaliação nacional do Bancoob, nosso risco foi reduzido significativamente entre 2021 e 2022, diminuindo de R17 para R5, o que é um feito inédito para a Crediçucar! Com o risco baixo, os benefícios para a cooperativa e principalmente para os cooperados são maiores. Benefícios como: maiores possibilidades de créditos, desenvolvimento de novos produtos, investimentos nos pontos de atendimento entre outros.

Para você cooperado entender sobre a classificação de riscos, a escala funciona da seguinte forma: de R20 a R1, quanto mais perto do R1 melhor é a avaliação da cooperativa.



CERTIFICAÇÃO GPTW

GREAT PLACE TO WORK

Para conseguir a certificação GPTW, a organização precisa ter uma pesquisa válida, isto é, atingir a amostra mínima de respondentes e uma nota igual ou superior a 70. Isto significa dizer que, no mínimo, 7 em 10 funcionários precisam ter uma percepção favorável da organização. As organizações que atingirem esse critério estarão certificadas por 12 meses, receberão um selo de certificação para utilizar nas suas comunicações e passarão a ser elegíveis aos rankings das Melhores Empresas para Trabalhar.



O certificado de Great Place to Work é uma validação da cultura da empresa e serve como um fator de atração para profissionais. No momento que a pessoa entra em contato com uma vaga em determinada empresa e identifica esse selo, as chances de ela querer fazer parte da organização aumentam significativamente.



NOTÍCIAS

FEVEREIRO



DOAÇÃO DE BOLAS DE FUTSAL

Em fevereiro de 2022, realizamos a doação de 5 (cinco) bolas de futsal para Associação Esportiva União de Santa Cruz das Palmeiras/SP. Nós apoiamos o esporte e reconhecemos o valor social e a sua importância.

NOTÍCIAS

MARÇO



Doação de um bebedouro ao Columbia F.C para a Uva de Canguru e Adolescentes.

SICOOB Credicucar

Doação de um bebedouro ao Columbia F.C para a Uva de Canguru e Adolescentes.

SICOOB Credicucar

100 curtidas 1 comentários

DOAÇÃO DE BEBEDOURO

Em março de 2022, realizamos a doação de um bebedouro ao Columbia F.C. O Sicoob Credicucar apoia e incentiva a prática esportiva.



SICOOB Credicucar

PARTICIPAÇÃO DA RÁDIO 102,5

SICOOB Credicucar

Santa Cruz das Palmeiras-SP

100 curtidas 1 comentários

NOTÍCIAS

MARÇO

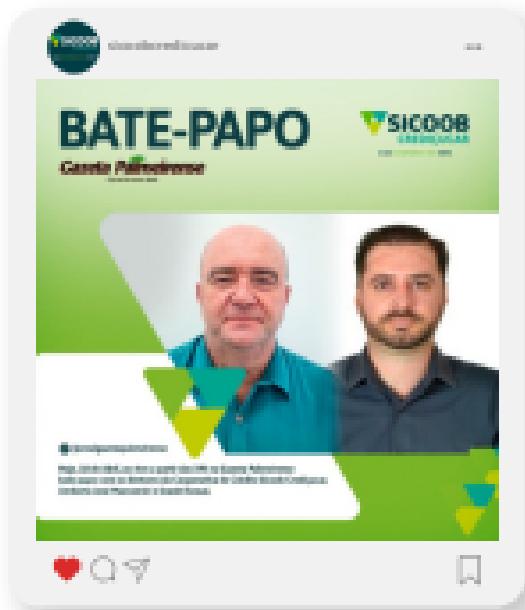
MÊS DA MULHER

No dia 31 de março de 2022 realizamos o café da manhã na OAB da cidade de Porto Ferreira/SP, encerrando o mês da mulher e o empoderamento feminino. Manhã com bate-papo e distribuição de brindes.



NOTÍCIAS

ABRIL



PÁSCOA SOLIDÁRIA
Em abril de 2022 realizamos a Páscoa Solidária, levando alegria para as crianças das cidades onde atuamos. Em Santa C. Palmeira/SP fomos na APAE e na Casa Abrigo, em Vargem G. do Sul/SP fomos na Casa Abrigo, em Casa Branca/SP fomos também na Casa Abrigo e em Porto Ferreira/SP fomos no Fundo Social de Solidariedade.



BATE-PAPO GAZETA PALMEIRENSE

No dia 28 de abril de 2022 tivemos um bate-papo ao vivo transmitido pela página do Facebook da Gazeta Palmeirense, com os diretores e o gerente regional da Crediçucar.

NOTÍCIAS

ABRIL



CONTAÇÃO DE HISTÓRIAS NO PROJETO JOÃO DE BARRO

O animado encontro apresentou histórias da coleção Financinhos, contadas de uma forma bem interativa e alegre, com a participação de voluntários. As crianças participaram ativamente da atividade e tomaram um delicioso café no final.

SICOOB CREDICÚCAR
Santa Cruz das Palmeiras/SP

14 de abril de 2022

1000 curtidas

DOAÇÃO CASA ABRIGO
O Sicoob Credicúcar realizou a doação de travesseiros, uma impressora e um fogão para a Casa Abrigo de Santa Cruz das Palmeiras/SP. Cooperativismo é isso, unir para ajudar quem precisa!



DOAÇÃO
Casa Abrigo de Santa Cruz das Palmeiras/SP

For realizada a doação de travesseiros, impressora e fogão

SICOOB CREDICÚCAR

14 de abril de 2022

1000 curtidas

NOTÍCIAS

MAIO



3^ª CAMINHADA VIA CRUCIS 2022

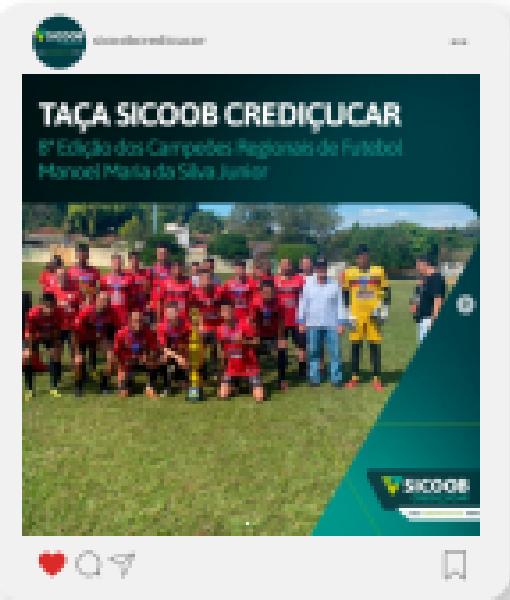
Sicoob Credicúcar esteve presente na 3^ª Caminhada Via Crucis 2022, organizada pela comunidade da Via Crucis com o apoio da Prefeitura Municipal de Vargem Grande do Sul/SP.

10 de maio de 2022

10 de maio de 2022

10 de maio de 2022

TAÇA SICOOB CREDIÇUCAR
No dia 08 de maio de 2022, aconteceu em Vargem Grande do Sul a final da Taça Sicoob Credicúcar 2020 – 8^ª Edição dos Campeões Regionais de Futebol Manoel Maria da Silva Júnior. O torneio havia sido interrompido devido à pandemia, e foi retomado.



TAÇA SICOOB CREDIÇUCAR
8^ª Edição dos Campeões Regionais de Futebol Manoel Maria da Silva Júnior

10 de maio de 2022

10 de maio de 2022

10 de maio de 2022



CAMINHADA VIA CRUCIS
Sicoob Credicúcar esteve presente na 3^ª Caminhada Via Crucis 2022, organizada pela comunidade da Via Crucis com o apoio da Prefeitura Municipal de Vargem Grande do Sul/SP.

NOTÍCIAS

JUNHO



DOAÇÃO
Asilo Dom Bosco, Santa Cruz das Palmeiras/SP

Foi realizada a ação de doação de produtos de limpeza.

SICOOB CREDIÇUCAR

Like, Share, and Comment icons.

14º FESTIVAL ZÉ CARREIRO
Dos dias 10 a 12 de junho de 2022 na cidade de Porto Ferreira/SP aconteceu a 14ª edição do Festival Zé Carreiro de Música Raiz, e o Sicoob Crediçucar participou deste grandioso evento da cultura do interior paulista.



14º FESTIVAL ZÉ CARREIRO
Porto Ferreira/SP

SICOOB

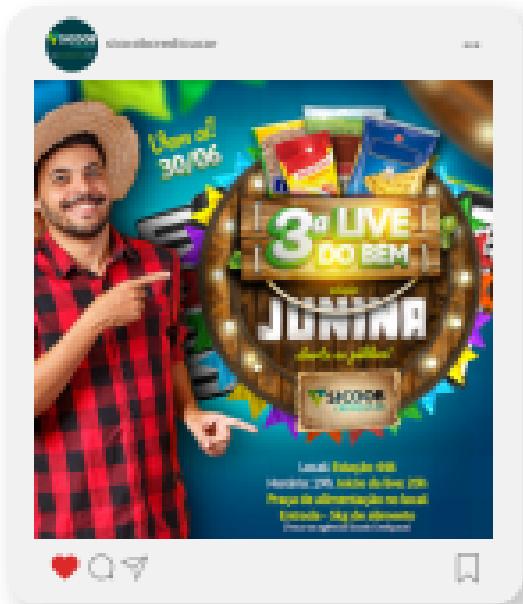
Like, Share, and Comment icons.

DOAÇÃO PRODUTOS DE LIMPEZA

Foram realizadas doações de produtos de limpeza para a Casa Dom Bosco de Vargem Grande do Sul/SP, Lar São Vicente de Paulo em Casa Branca/SP, Solar dos Jovens da Obra em Porto Ferreira/SP e Asilo Dom Bosco em Santa Cruz das Palmeiras/SP.

NOTÍCIAS

JUNHO



ПРИВАТНЫЕ ЗЕРКАЛА

No dia 19 de junho de 2022, o Sicob Credijucar contribui para a realização do evento "Feijoada Almoço Sertanejo", que aconteceu na cidade de Casa Branca/SP/Casa Branca/SP/Branca.

Todo o valor arrecadado com este evento será revertido em prol dos abrigados que ali residem, sendo 25 idosos.



TIME BRIEF

Realizamos a doação de todos os alimentos recebidos durante a 3ª Live do Bem.

NOTÍCIAS

JULHO



FEIRA DO EMPREENDEDORISMO



LEGA BO ENERGIESPARENISCH

O Sicoob Credicuan apoiou iniciativas em toda a comunidade que atende, e desta vez foi a vez de contribuir para o projeto de Empreendedorismo do 7º Ano, sob orientação da Professora Silvana. Parabéns a todos os alunos da Escola Estadual Alexandre Fleming que participaram!



DOAÇÃO

Scalable Data Processing with Flink



NOTÍCIAS

JULHO



PATROCÍNIO
CAMISETAS JOVENS ACOLHEDORES
Santa Cruz das Palmeiras/SP

Saiba mais

Realizamos a doação de 60 camisetas ao "Projeto Jovens Acolhedores" da escola Dr. Carlos Guimarães, localizada na cidade de Santa Cruz das Palmeiras/SP. O intuito do projeto é dar boas-vindas e introduzir os princípios e premissas do Programa de Ensino Integral – PEI, além de elaborar, planejar e executar atividades de acolhimento para motivar os estudantes a seguirem o protagonismo juvenil e pensarem em seus projetos de vida, sonhos e trajetórias para alcançá-los.

10 de julho de 2022

10 de julho de 2022

CAMPANHA DO AGASALHO
Realizamos a distribuição das roupas recebidas através das doações da Campanha do Agasalho. Agradecemos a todos que doaram.



DOAÇÃO
CAMPAÑHA DO AGASALHO
Santa Cruz das Palmeiras e Cacoal/SP

Saiba mais

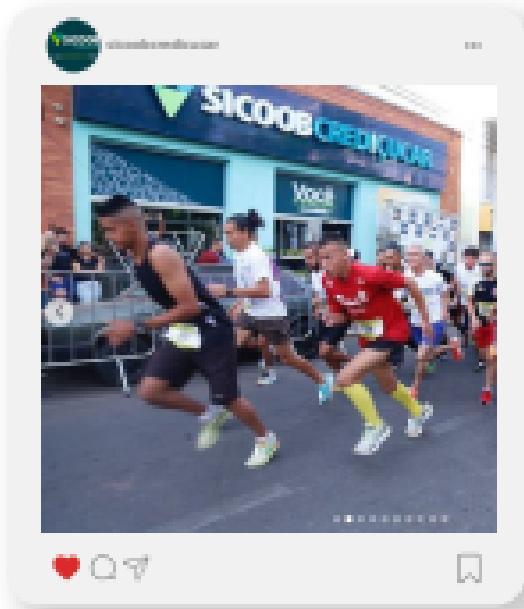
Realizamos a distribuição das roupas recebidas através das doações da Campanha do Agasalho. Agradecemos a todos que doaram.

10 de julho de 2022

10 de julho de 2022

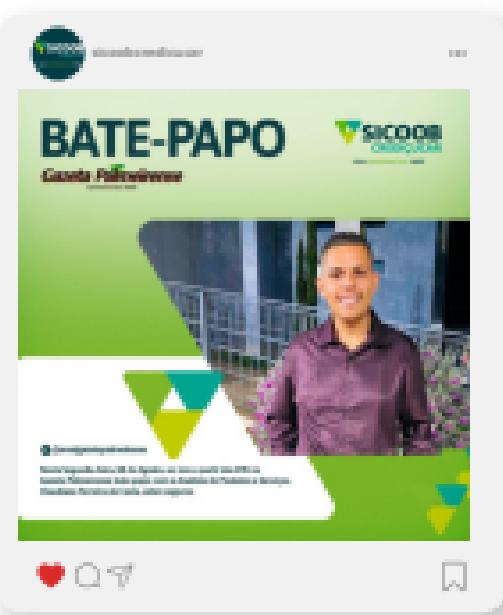
NOTÍCIAS

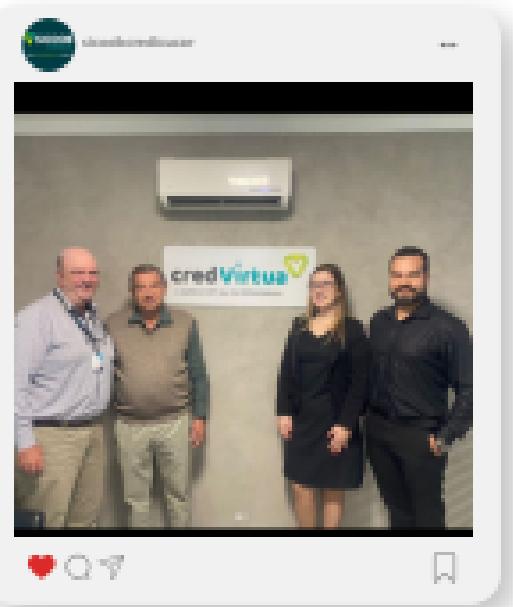
AGOSTO



CÍRCUITO COOPERAÇÃO - VARGEM G. DO SUL

Foi realizado o 1º Circuito de Corridas Cooperação sendo a primeira etapa na cidade de Vargem Grande do Sul-SP, o evento contou com aproximadamente 270 participantes.





ESTA ES UNA LISTA DE LOS PUNTOS

Fizemos a entrega de 300 kg de alimentos na Casa de Passagem Heitor de Andrade Fontão, na cidade de Varginha Grande do Sul/SP. As doações chegaram através das inscrições da 1ª Etapa do Circuito de Comidas Cooperativo.

POUCHE DE SANGUE

Com iniciativa do Sicoob Credicacar, foi realizada no último dia 20 de agosto de 2022 uma campanha para Doação de Sangue, a campanha aconteceu na cidade de São Joaquim da Barra/SP.

TEORIA DE PROBABILIDADE

No dia 24 de agosto de 2022 fizemos uma visita à Credimóveis a agência virtual da Credimóvelsa na cidade de Franca/SP, participamos também de um almoço de interceração juntamente com o Sicob Credimóvelsa.

NOTÍCIAS

SETEMBRO



BATE-PAPO GAZETA SOBRE LGPD
No dia 12 de setembro de 2022, tivemos um bate-papo com o Supervisor de TI do Sicoob Credicúcar, Diógenes C. Ribeiro, falando sobre a LGPD.



DOAÇÃO PASTORAL DA CRIANÇA.
Realizamos a doação de 270 kg de arroz para a Pastoral da Criança da Comunidade Rainha da Paz, que atende 27 famílias em situação de extrema pobreza na cidade de Santa Cruz das Palmeiras/SP.

NOTÍCIAS

SETEMBRO

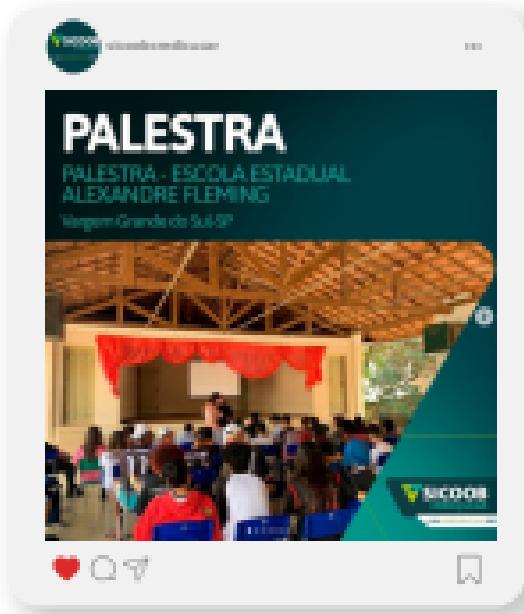


CIRCUITO COOPERAÇÃO - PORTO FERREIRA

Aconteceu em Porto Ferreira/SP a segunda etapa do 1º Circuito de Corridas Cooperação, campeonato regional de corrida de rua, idealizado pela Cooperativa Sicoob Credicúcar. Aproximadamente 170 atletas participaram do evento e contamos também com a corridinha kids.

NOTÍCIAS

OUTUBRO



PALESTRA
PALESTRA - ESCOLA ESTADUAL
ALEXANDRE FLEMING
Vargem Grande do Sul/SP

PALESTRA - SEMANA DO INVESTIDOR

Na Semana do Investidor, nossos Voluntários Transformadores, promoveram na Escola Estadual Alexandre Fleming localizada na cidade de Vargem Grande do Sul/SP, uma palestra com o objetivo orientar e iniciar os alunos na Educação Financeira.

1,200 curtidas · 10 comentários · 10 compartilhamentos · 100 visualizações · 10 horas atrás

CONTAÇÃO DE HISTÓRIA
O Sicoob Credicúcar através dos Voluntários Transformadores, na semana do Investidor, promoveu a Contação de Histórias sobre educação financeira na E.E. Francisco Eugênio de Lima, na cidade de Casa Branca/SP.



CONTAÇÃO DE HISTÓRIA
EDUCAÇÃO FINANCEIRA
EE. FRANCISCO EUGÉNIO DE LIMA
Casa Branca/SP

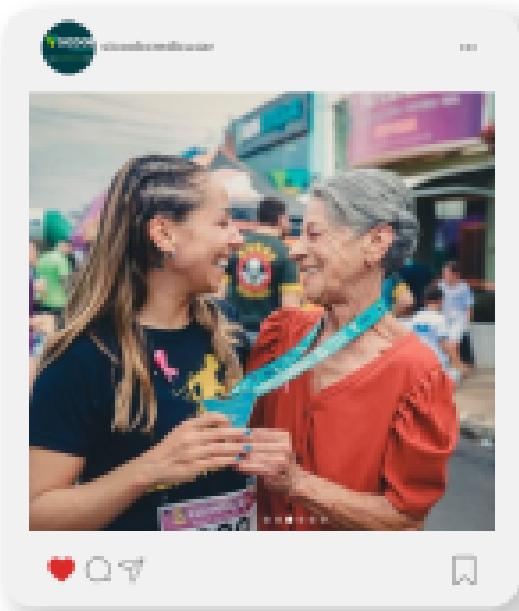
CONTAÇÃO DE HISTÓRIA

O Sicoob Credicúcar através dos Voluntários Transformadores, na semana do Investidor, promoveu a Contação de Histórias sobre educação financeira na E.E. Francisco Eugênio de Lima, na cidade de Casa Branca/SP.

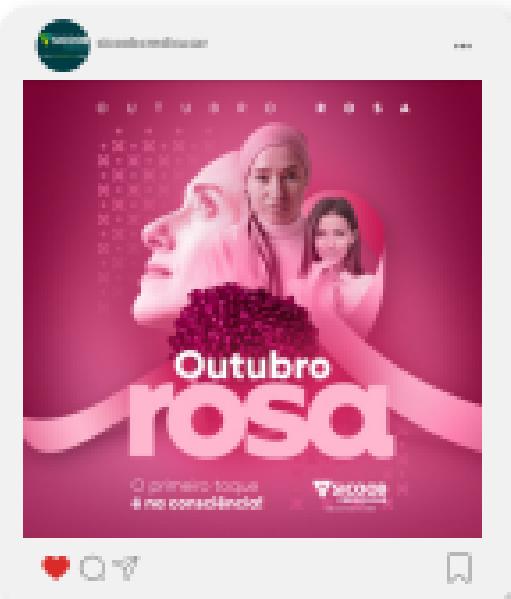
1,200 curtidas · 10 comentários · 10 compartilhamentos · 100 visualizações · 10 horas atrás

NOTÍCIAS

OUTUBRO



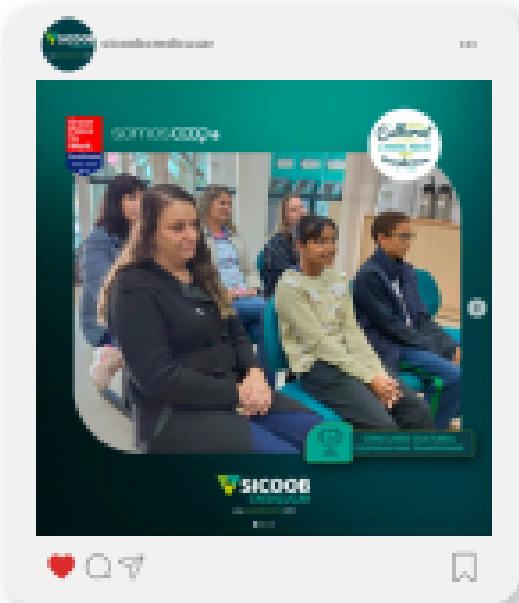
OUTUBRO ROSA
No mês da conscientização sobre a prevenção do câncer de mama, o Sicoob Credicúcar lembra a todos sobre a importância do autoexame.



CÍRCUITO COOPERAÇÃO - CASA BRANCA
A 3ª Etapa do Circuito de Corridas Cooperação foi realizada na cidade de Casa Branca/SP no dia 09 de outubro de 2022, onde arrecadamos mais de 500 kg de alimentos, que será destinado a comunidade Casabranquense.

NOTÍCIAS

NOVEMBRO



CONCURSO CULTURAL

Foi realizado na cidade de Vargem Grande do Sul/SP, na Escola Estadual Alexandre Fleming, o Concurso Cultural com o tema Cooperativismo.

Os ganhadores do concurso ganharam um kit material escolar completo, e seus desenhos foram encaminhados para a seleção regional organizada pelo Sicoob Central Cecresp.



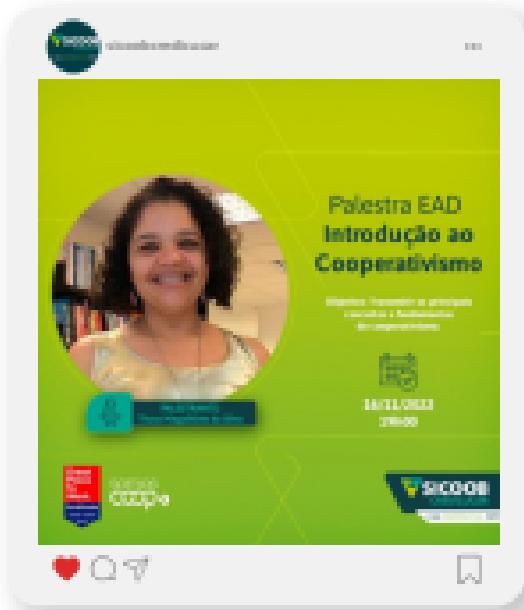
CONCURSO CULTURAL

Foi realizado na cidade de Vargem Grande do Sul/SP, na Escola Estadual Dr. Carlos Guimarães, o Concurso Cultural com o tema Cooperativismo.

Os ganhadores do concurso ganharam um kit material escolar completo, e seus desenhos foram encaminhados para a seleção regional organizada pelo Sicoob Central Cecresp.

NOTÍCIAS

NOVEMBRO



CONCURSO CULTURAL
Foi realizado na cidade de Porto Ferreira/SP, na Escola Estadual Professora Nereide Mariano, o Concurso Cultural com o tema Cooperativismo. Os ganhadores do concurso ganharam um tablet, e seus desenhos foram encaminhados para a seleção regional organizada pelo Sicoob Central Cecesp.

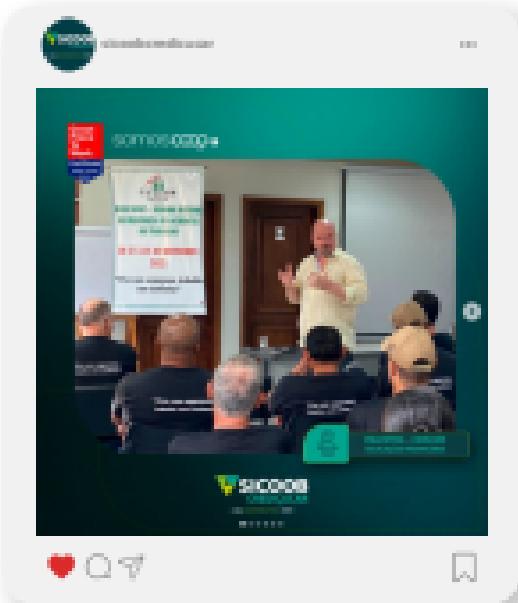


PALESTRA - INTRODUÇÃO AO COOPERATIVISMO

No dia 16 de novembro de 2022, o Sicoob Credicar em parceria com o OCESP/SESCOOP, ofereceu aos seus cooperados a palestra EAD Introdução ao Cooperativismo, com o objetivo de transmitir os principais conceitos e fundamentos do cooperativismo.

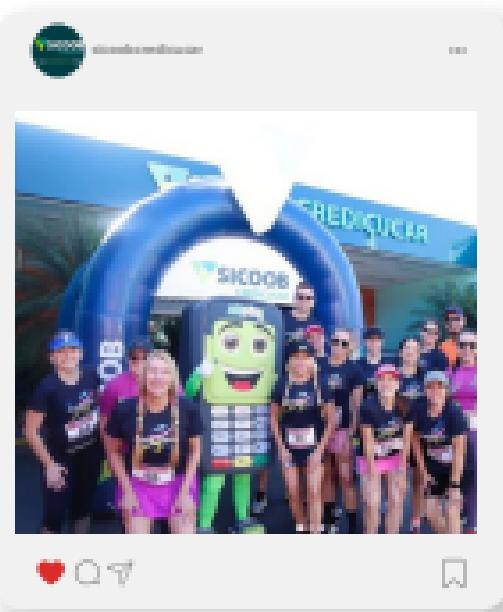
NOTÍCIAS

NOVEMBRO



CÍRCUITO COOPERAÇÃO - S.C. PALMEIRAS

No dia 27 de novembro de 2022 foi o dia de fechar o Circuito de Corridas Cooperação na cidade de Santa Cruz das Palmeiras/SP. A corrida contou com a participação de 200 corredores e foi arrecadado aproximadamente de 1 (uma) tonelada e meia de alimentos, que foram destinados as instituições e famílias carentes.

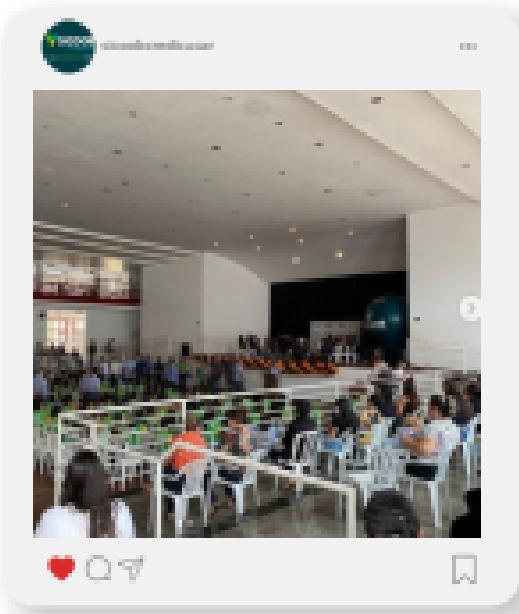


PALESTRA - EDUCAÇÃO FINANCEIRA

Marcamos presença na Semana SIPAT da Cervam em Porto Ferreira/SP. Contamos com a palestra sobre Educação Financeira e Economia Comportamental ministrada pelo palestrante Márcio Nanni.

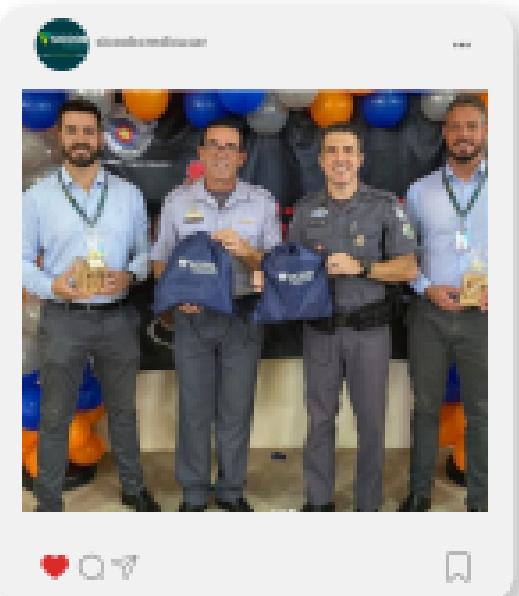
NOTÍCIAS

DEZEMBRO



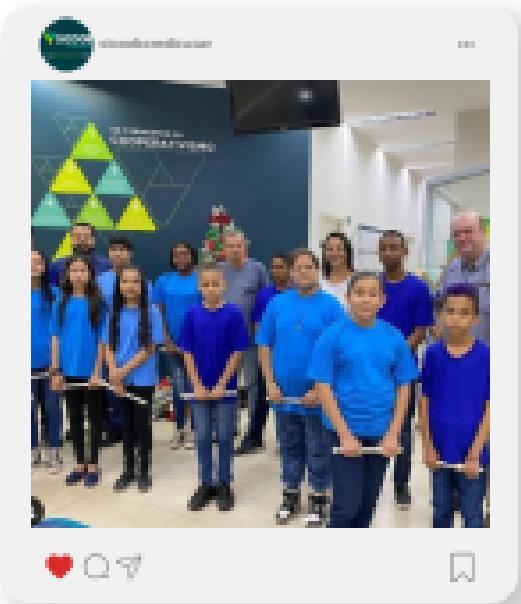
PROERD

No dia 05 de dezembro de 2022 foi realizado na cidade de Santa Cruz das Palmeiras/SP mais uma formatura do PROERD (Programa Educacional de Resistência às Drogas e à violência) projeto este realizado pela Polícia Militar com o apoio do Sicoob Credicúcar.



NOTÍCIAS

DEZEMBRO



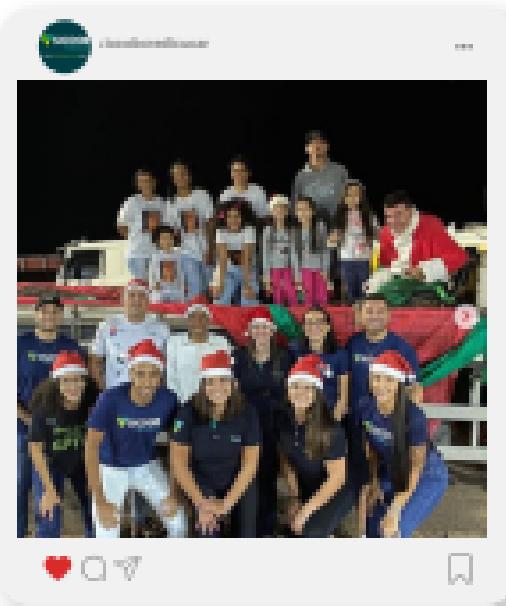
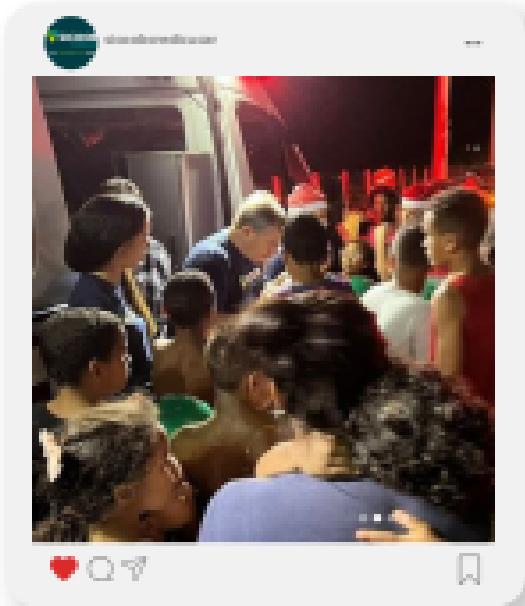
APRESENTAÇÃO MUSICAL

No dia 07 de dezembro de 2022, recebemos na agência de Santa Cruz das Palmeiras/SP os alunos do Centro Social Nossa Senhora do Rosário, que realizaram uma apresentação musical com flauta doce e canto. Este é um projeto que o Sicoob Credicucar sempre apóia.



NOTÍCIAS

DEZEMBRO

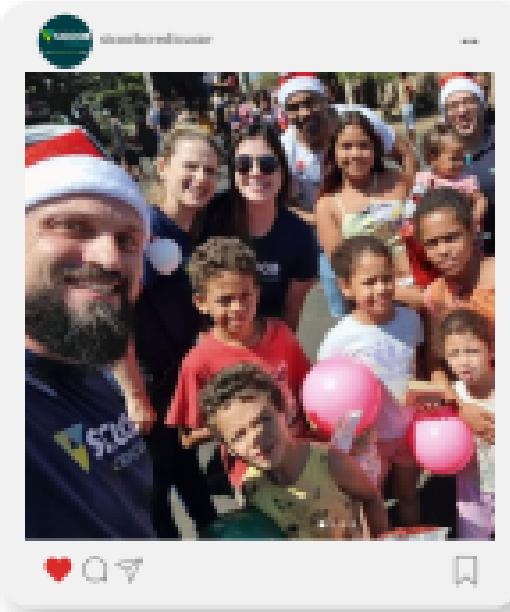
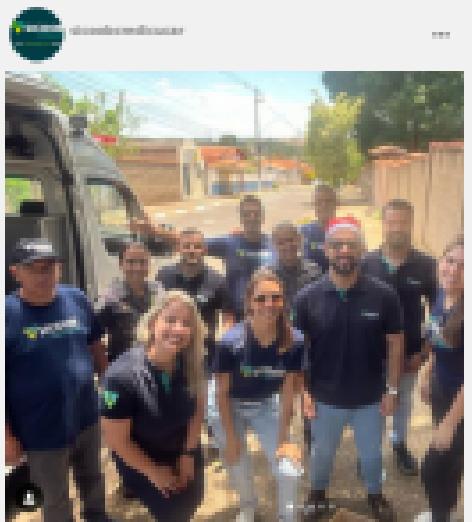


MATAL - DISTRIBUIÇÃO DE PRESENTES

Foram realizados nos dias 21 e 22 de dezembro, nas cidades de Vargem Grande do Sul/SP e Santa Cruz das Palmeiras/SP, juntamente com a Polícia Militar a entrega de brinquedos e balaços para as crianças da cidade, exercendo o 7º princípio do cooperativismo: O INTERESSE PELA COMUNIDADE.

NOTÍCIAS

DEZEMBRO



NATAL - DISTRIBUIÇÃO DE PRESENTES

Foram realizados nos dias 23 e 24 de dezembro, nas cidades de Casa Branca/SP e Porto Ferreira/SP, juntamente com a Polícia Militar a entrega de brinquedos e balões para as crianças da cidade, exercendo o 7º princípio do cooperativismo: O INTERESSE PELA COMUNIDADE.

BALANÇO SOCIAL 2022

ECONOMIA COM TARIFAS	RS 3.314,94
ECONOMIA COM TAXAS DE JUROS	RS 15.197,29
TREINAMENTOS	RS 131.438,58
PATROCÍNIOS/DOAÇÕES/BRINDES	RS 191.001,13
IMPOSTOS FEDERAIS/ESTADUAIS/MUNICIPAIS	RS 283.683,80

EMPREGOS DIRETOS	59
ESTAGIÁRIOS	08
INDIRETOS	09

RELATÓRIO

PARECER DA AUDITORIA EXTERNA



Moore Prima Auditores e Consultores

Rua Milton José Robusti, 75 - 15º andar - CEP 14021-613

Ribeirão Preto - SP - T. (16) 3019-7900

E. moonerp@moorebrasil.com.br

www.moorebrasil.com.br

Relatório de auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos associados e administradores da Cooperativa de Crédito de Livre Administração de Santa Cruz das Palmeiras e Região - SICOOB CREDICUCAR
Santa Cruz das Palmeiras - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Cooperativa de Crédito de Livre Administração de Santa Cruz das Palmeiras e Região - SICOOB CREDICUCAR ("Cooperativa"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações de sobre ou perdas, de resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cooperativa de Crédito de Livre Administração de Santa Cruz das Palmeiras e Região - SICOOB CREDICUCAR em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Cooperativa é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre este relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Cooperativa é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente

se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Cooperativa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou

incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.

• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Ribeirão Preto/SP, 10 de fevereiro de 2023.

Moore Prima Auditores Independentes
CRC 2SP017256/D-3



André Zerbetto Chinelló
Contador - CRC 15/P333254/D-5

A Rede Global Moore e suas firmas-membro, presentes nas principais cidades do mundo, são entidades legalmente distintas e independentes.

COOPERATIVA DE CREDITO DE LIVRE ADMISSAO DE SANTA CRUZ DAS PALMEIRAS E REBOLHO
 SICOOB CREDIGUAR
 CNPJ: CNPJ: 05.010.017/0001-10
 BALANÇOS PATRIMONIAIS
 Em Reais



	MES	2012/2022	2011/2022
ATIVO		109.947.843,28	126.848.758,09
DEPONILIZAÇÕES	8	1.288.287,21	1.723.771,24
INSTRUMENTOS FINANCEIROS		159.281.281,82	133.387.258,29
Aplicações Financeiras de Líquido:	9	10.547.662,29	16.441.795,21
Titulos e Valores Mobiliários	8	64.883.331,03	65.088.388,03
Participações Interfinanceiras	7	50.483,00	50.271,27
Comunicações Financeiras		50.483,00	50.271,27
Operações de Crédito	8	81.827.662,72	84.784.888,00
Outros Ativos Financeiros	9	3.273.083,00	1.194.714,00
I-1 PROVISÕES PARA PESSOAS ESPECIAIS ASSOCIADAS AO BLOCO DE CREDITO		(6.068.776,10)	(6.716.843,04)
I-1 Operações de Crédito	8	(7.000.479,42)	(9.168.239,80)
I-1 Outras	9	159.105,29	158.157,29
ATIVOS FISCAIS CORRENTES E DIFERIDOS	10	474.173,82	554.541,49
OUTROS ATIVOS	11	4.228.583,00	3.168.491,00
IMOBILIZAÇÃO DE USO:	12	4.750.711,00	4.500.956,00
INTANGÍVELS:	13	199.361,00	199.361,00
I-2 DEPRECIAÇÕES E AMORTIZAÇÕES:	12	(3.472.889,10)	(3.263.347,71)
TOTAL DO ATIVO		109.947.843,28	126.848.758,09
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		109.947.843,28	126.848.758,09
DEPÓSITOS	14	121.321.870,00	113.381.488,27
Depósitos à Vista	14	27.717.907,00	26.521.256,00
Depósitos Reais Ativo		1.384.428,24	1.479.031,47
Depósitos a Prazo	14	92.202.945,00	83.332.126,23
DEMAIS INSTRUMENTOS FINANCEIROS:		(1.152.045,18)	(1.499.251,94)
Participações Interfinanceiras		409.762,00	379.177,00
Participações Interfinanceiras	15	425.762,00	379.177,00
Outros Passivos Financeiros	16	2.711.282,00	2.040.074,00
PROVISÕES	17	774.681,47	581.847,00
DEPRECIAÇÕES FISCAIS CORRENTES E DIFERIDOS	18	273.320,00	263.269,71
OUTROS PASSIVOS	19	1.885.946,00	1.653.371,00
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		26.000.000,00	16.000.200,00
CAPITAL SOCIAL	20 a	12.000.000,00	10.191.000,12
RESERVAIS DE RESERVA	20 b	6.883.908,29	5.891.794,14
RESERVA DE CAPITAL ACUMULADA	20 c	834.713,34	279.680,00
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		109.947.843,28	126.848.758,09

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADESSÃO DE SANTA CRUZ DA PIRAMBU E REGIÃO
SCCOB CREDIGUAR
CEP: 51.670-000-001-60
DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS DA PESSOA
Em Reais



	Reais (21/06/2022)	Reais (2021)	Reais (2020)
RESUMO E DESCRITIVO DA INFORMAÇÃO FINANCEIRA			
Operações de Crédito	11.543.481,00	11.715.750,73	11.886.264,43
Operações de Crédito - Líquido	10.713.203,00	10.886.250,73	11.056.884,43
Reservas de operações Intermediárias de Liquidez	231.378.000,00	230.249,00	230.249,00
Reservas de Contingência - Risco e Vencimento Maturidade	1.359.020,00	230.249,00	230.249,00
Reservas de Contingência - Risco de Crédito	0,00	0,00	0,00
DESPESAS E DESPESAS DA INFORMAÇÃO FINANCEIRA			
Operações de Crédito (a) Margem	10.583.461,00	10.630.000,00	10.630.000,00
Operações de Crédito e Reservas	1.359.020,00	230.249,00	230.249,00
Provisão para Perdas Operacionais - Reserva de Crédito	1.273.779,00	0,00	0,00
RESUMO TÁCITO (RESUMO DA INFORMAÇÃO FINANCEIRA)	10.583.461,00	10.630.000,00	10.630.000,00
RESUMO DE OPERAÇÕES E DESPESAS DE OPERAÇÕES E DESPESAS DE OPERAÇÕES			
Investimento e Recebimento de Prestadores de Serviços	14.029.000,00	10.630.000,00	10.630.000,00
Investimento de Terceiros	241.200.000,00	2.000.000,00	2.000.000,00
Despesas e Despesas de Pessoal	170.000,00	1.700.000,00	1.700.000,00
Outras Despesas e Despesas Administrativas	13.200.000,00	0,00	0,00
Despesas e Despesas Financeiras	170.000,00	0,00	0,00
Outras Despesas e Despesas Operacionais	100.000,00	1.000.000,00	1.000.000,00
Outras Despesas e Despesas Operacionais	100.000,00	1074.790,00	1074.790,00
PROVISÕES			
Provisão Reservas para Contingências	10.583.461,00	10.630.000,00	10.630.000,00
Provisão Reservas para Serviços Prestados	1.359.020,00	230.249,00	230.249,00
1.359.020,00	1.359.020,00	1.359.020,00	
RESULTADO OPERACIONAL			
OUTRAS RECEITAS E DESPESAS	10.583.461,00	10.630.000,00	10.630.000,00
RESUMO DAS INVESTIMENTOS E PARTENCIAS			
Reservas de Reserva e Contingências	-	-	10.630.000,00
Reservas de Reserva e Contingências	-	-	10.630.000,00
Contribuição Social para Renda Previdenciária	-	-	10.630,00
RESUMO DO PERÍODO ANTES DA DESCONTAR A DOS JUROS NO CAPITAL			
JUROS AO CAPITAL	11.204.000,00	11.204.000,00	11.204.000,00
RESUMO DO PERÍODO ANTES DA DESCONTAR A			
Reservas de Reserva e Contingências e Outros Eventos	1071.000,00	1071.000,00	1071.000,00
Reservas de Reserva	1071.000,00	1071.000,00	1071.000,00
Outras Provisão Contingências	100.000,00	100.000,00	-
Reservas de Reserva Financeira	10.631,00	10.631,00	-
RESUMO DO PERÍODO ANTES DA DESCONTAR A	11.204.000,00	1071.000,00	1071.000,00

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ASSOCIAÇÃO DE SANTO CRUZ DAS PALMEIRAS E REGIÃO-
SCS-SCS CREDIGUAR
CNPJ: 00197.010-0000-10
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS ABRANGENTES
(em Reais)

	Base: 31/12/2022	2022/2023	2021/2022
DESAFIO DE PLANEJAMENTO FINANCEIRO			
DE JUROS AO CAPITAL	1.481.876,26	1.134.375,12	1.481.876,26
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES			
TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE	1.481.876,26	1.134.375,12	1.481.876,26

As notas explicativas da demonstração são parte integrante das demonstrações financeiras.

COOPERATIVA DE CRÉDITO DE (LIVRE) ADMISSÃO DE SANTA CRUZ DAS PALMEIRAS E REGIÃO
MOORE CREDICUCA
CNPJ: 09.415.407/0001-10
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
(Em Reais)

	CAPITAL Nota 14.1.1.1.1.1	CAPITAL L REALIZADA	RESERVA LEGAL, ADAMARADA	BONOS	TOTAL
Balanço em 01/01/2021	11.884.815,42	(1.290.079,95)	0,00	647.800,00	11.632.735,43
Despesas das Saldas do Extrato do Ativo:				(-40.000,00)	(-40.000,00)
Outras Despesas das Saldas do Extrato do Ativo:				(-304.000,49)	(-304.000,49)
Constituição de Reserva:				(-303.110,33)	(-303.110,33)
Descrição de saldos para assentos:				(-7.000,00)	(-7.000,00)
Movimentação do Capital:					
Por Adesão/Retirada:	1.200.000,00	(90.000,00)			1.100.000,00
Por Devolução (-)	(1.801.404,00)				(-1.801.404,00)
Externo do Capital	(1.711,00)				(-1.711,00)
Balanço de Período Antes das Despesas e dos Juros no Capital	1.466.790,00	1.466.790,00			
Retorno do Juros sobre o Capital Próprio:				(-300.000,00)	(-300.000,00)
Perda de Juros sobre o Capital Próprio:				(-304.000,00)	(-304.000,00)
Juros sobre o Capital Próprio, Resultado:	304.000,00				304.000,00
Despesas das Saldas do Período:					
Fundo de Reserva	20,00		- 521.000,00	(-521.000,00)	
FATTO - Adm. Cooperativa	20,00			(-521.000,00)	(-521.000,00)
Balanço em 29/03/2021	11.884.815,42	(1.290.079,95)	0,00	647.800,00	11.632.735,43

Continua...

COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DE SANTA CRUZ DAS PALMEIRAS E REGIÃO
SECCOB CREDICUCHAR
CNPJ: CNPJ: 06.190.457/0001-78
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
(Em Reais)

Continuação

	CAPITAL Reserva	CAPITAL A REALIZAR	RESERVA LEGAL	SOMAS ACUMULADAS	TOTAL
Saldo em 31/12/2021	11.686.207,81	11.496.073,00	6.891.364,04	476.695,82	19.052.246,65
Destinações das Sóberas do Exercício Anterior:					
Dividendo de sobre para associados	20,0	476.695,82	-	(476.695,82)	(476.695,82)
Conversão de reservas por incorporações	20,0	-	24.774,87	-	24.774,87
Movimentação de Capital:					
Por Subscrição/Restituição	2.129.794,00	(199.720,00)	-	-	1.930.073,99
Por Descrições (-)	(1.341.184,23)	-	-	-	(1.341.184,23)
Exoneração de Crédito	(778,24)	-	-	-	(778,24)
Reservação/Reservação de Fazenda	-	-	74.687,23	74.687,23	
Sóberas do Período-Antes das Destinações e das Juros do Capital	-	-	8.126.279,10	8.126.279,10	
Reservação de Juros sobre o Capital Próprio	-	-	-	-	
Prêmios de Juros sobre o Capital Próprio	21,0	-	-	(1.324.022,00)	(1.324.022,00)
Juros sobre o Capital Próprio, Içáu	1.320.600,00	-	-	1.320.600,00	
Destinações das Sóberas do Período:					
Função de Reserva	20,0	-	827.488,28	(827.488,28)	-
FAT02 - Rota Cooperativa	20,0	-	-	(82.748,00)	(82.748,00)
FAT03 - Rota Mil Cooperativa	21	-	-	(22.088,00)	(22.088,00)
Saldo em 31/12/2022	11.686.200,24	11.496.073,00	6.891.364,04	474.713,24	19.052.246,65

Continua

COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIPPE, NOMEADA DE SANTA CRUZ DAS PALMEIRAS E PESSÔA
SACOOP CREDIGUAR
CPF/CNPJ: 01.015.457/0001-18
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
(Em Reais)

Continuação

	CAPITAL SOCIAL	CAPITAL A REALIZAR	RESERVA LEGAL	GARANIAS ACUMULADAS	TOTAL
Saldo em 01/01/2022	10.951.546,76	(1.015.000,00)	1.046.000,00	11.985.546,76	
Constituição de reservas por Incorporações	20,0	-	21.770,00	-	21.770,00
Movimentação do Capital:					
Por Subscrição/Restituição	1.380.150,00	(71.203,64)	-	1.209.946,36	
Por Descrição(s) -)	1.046.000,00	-	-	1.046.000,00	
Extrato do Capital	(350,00)	-	-	(350,00)	
Reversão/Reservação de Lucros					
Salões do Período Antes das Destinações e dos Juros ao Capital	-	-	-	1.499.879,00	1.499.879,00
Reservação de Juros sobre o Capital Próprio					
Prévisão de Juros sobre o Capital Próprio	20,0	-	-	(1.004.000,00)	11.954.800,00
Juros sobre o Capital Próprio, Imposto	1.380.000,00	-	-	1.380.000,00	
Descontagem das Salões do Período					
Fundo de Reserva	20,0	-	827.458,20	(827.458,20)	
FATTO - Atos Cooperativos	20,0	-	-	(62.740,00)	(62.740,00)
FATTO - Atos Não Cooperativos	21	-	-	(12.085,50)	(12.085,50)
Saldo em 31/12/2022	10.951.546,76	(1.015.000,00)	1.046.000,00	11.985.546,76	

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

**COOPERATIVA DE CRÉDITO DA LARVAGEM ASSOCIAÇÃO DE BARTH CRISTO DAS PAULINHAS E REGIÃO
Sociedade Cooperativa
Centro Laranjeiras
DEMONSTRACAO DOS FLORES DE CACHAÇA
Em Barreiros**



For more information on the use of the *bioRxiv* preprint server, see the [bioRxiv](https://www.biorxiv.com) website.

COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DE SANTA CRUZ DAS PALMEIRAS E REGIÃO

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O PÉRIODO

FEITO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

Em Reais (R\$)

1. Contexto Operacional

A COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DE SANTA CRUZ DAS PALMEIRAS E REGIÃO, doravante denominada SICOOB CREDIÇUCAR, é uma Cooperativa de Crédito Singular, instituição financeira não bancária, fundada em 27/07/2004, filiada à CENTRAL COOPERATIVAS CRÉDITO ESTADO DE SÃO PAULO – SICOOB CENTRAL CECRESP e componente da Confederação Nacional das Cooperativas do Sicoob – SICOOB CONFEDERAÇÃO, em conjunto com outras Cooperativas Singulares e Centrais. Tem sua constituição e o funcionamento regulamentados pela Lei nº 4.595/1964, que dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias; pela Lei nº 5.764/1971, que define a Política Nacional do Cooperativismo e institui o regime jurídico das Sociedades Cooperativas; pela Lei Complementar nº 130/2009, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo; pela Resolução CMN nº 4.434/2013, que dispõe sobre a constituição e funcionamento de Cooperativas de Crédito; e pela Resolução CMN nº 4.970/2021, que dispõe sobre os processos de autorização de funcionamento das instituições que especifica.

O SICOOB CREDIÇUCAR, sediado à RUA CORONEL PENTEADO, N° 427, CENTRO, SANTA CRUZ DAS PALMEIRAS - SP, possui 3 Postos de Atendimento (PAs) nas seguintes localidades: VARGEM GRANDE DO SUL - SP, PORTO FERREIRA - SP e CASA BRANCA - SP.

O SICOOB CREDIÇUCAR tem como atividade preponderante a operação na área creditícia e como finalidades:

- (i) Proporcionar, por meio da mutualidade, assistência financeira aos associados;
- (ii) Formar educacionalmente seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo, com a ajuda mútua da economia sistemática e o uso adequado do crédito; e
- (iii) Praticar, nos termos dos normativos vigentes, as seguintes operações, entre outras: captação de recursos; concessão de créditos; prestação de garantias; prestação de serviços; formalização de convênios com outras instituições financeiras; e aplicação de recursos no mercado financeiro, incluindo depósitos a prazo com ou sem emissão de certificado, visando preservar o poder de compra da moeda e remunerar os recursos.

2 Apresentação das Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – BCB. Foram observadas: as diretrizes emanadas pela Lei nº 6.404/1976, bem como as alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/2007, 11.941/2009 e 13.818/2019; as instruções constantes nas Normas Brasileiras de Contabilidade (especificamente aquelas aplicáveis às entidades Cooperativas); as orientações concedidas pela Lei do Cooperativismo nº 5.764/1971 e pela Lei Complementar nº 130/2009; e normas emanadas pelo BCB e Conselho Monetário Nacional – CMN, consolidadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – CDGIF, consonante à Resolução CMN nº 4.818/2020 e Resolução BCB nº 2/2020.

Em função do processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, as quais são aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovadas pelo BCB, naquele que não confrontar com as normas por elas emitidas anteriormente, conforme CPC 00 (R2), 01 (R1), 02 (R2), 03 (R2), 04 (R1), 05 (R1), 10 (R1), 23, 24, 25, 26 (R1), 27, 33 (R1), 41, 46 E 47. Os pronunciamentos contábeis já aprovados pelo BCB foram empregados integralmente na elaboração destas demonstrações financeiras, quando aplicáveis à esta cooperativa.

As demonstrações financeiras, incluindo as notas explicativas, são de responsabilidade da Administração da Cooperativa, e sua aprovação foi concedida em 16/02/2023.

2.1 Mudanças nas Políticas Contábeis e Divulgação

a) Mudanças em vigor

Apresentamos a seguir um resumo sobre as normas emitidas pelos órgãos reguladores em exercícios anteriores e atual, mas que entraram em vigor durante o exercício de 2022.

Resolução CBN nº 4.817, de 29 de maio de 2020: a norma estabelece os critérios para mensuração e reconhecimento contábeis, pelas instituições financeiras, de investimentos em coligadas, controladas e controladas em conjunto, no Brasil e no exterior, incluindo operações de aquisição de participações, no caso de investidas no exterior, além de critérios de variação cambial; avaliação pelo método da equivalência patrimonial; investimentos mantidos para venda; e operações de incorporação, fusão e cisão. Diante dos impactos das alterações para o processo de incorporação de Cooperativas, foram promovidas reuniões com o Banco Central do Brasil, definindo procedimentos intensos para atender ao novo requerimento da Resolução.

Resolução BCB nº 33, de 29 de outubro de 2020: a norma dispõe sobre os procedimentos a serem adotados pelas instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil para a divulgação, em notas explicativas, de informações relacionadas a investimentos em coligadas, controladas e controladas em conjunto.

Resolução CBN nº 4.872, de 27 de novembro de 2020: a norma dispõe sobre os critérios gerais para o registro contábil do patrimônio líquido das instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. As principais alterações decorrentes do normativo são:

- i) definição das destinações possíveis das sobras ou perdas, não sendo permitido mantê-las nem a devida destinação por ocasião da Assembleia Geral;

- ii) sobre a remuneração de quotas-partes do capital, se não for distribuída em decorrência de incompatibilidade com a situação financeira da instituição, deverá ser registrada na adequada conta de Reservas Especiais.

Resolução BCB nº 92, de 6 de maio de 2021: a norma dispõe sobre a estrutura do elenco de contas Corrélatais a ser observado pelas instituições financeiras e demais instituições a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Os impactos decorrentes desse normativo abrangem a exclusão do grupo Corrélatais que evidencia Resultados de Exercícios Futuros e a atualização na nomenclatura de todos os grupos vigentes de 2º nível, a saber: Ativo Realizável; Ativo Permanente; Compensação Ativa; Passivo Exigível; Patrimônio Líquido; Resultado Credor; Resultado Devedor; e Compensação Passiva.

Resolução CBN nº 4.024, de 24 de junho de 2021: a norma dispõe sobre princípios gerais para reconhecimento, mensuração, escrituração e evidenciiação contábeis pelas instituições financeiras e demais instituições a funcionar pelo Banco Central do Brasil. As principais alterações são:

- i) a recepção do CPC 00 (R2) - Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro, o qual não altera nem sobrepõe outros pronunciamentos, e não modifica os critérios de reconhecimento e desreconhecimento do ativo e passivo nas demonstrações financeiras;
- ii) a recepção do CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente, o qual estabelece os princípios que a entidade deve aplicar para apresentar informações úteis aos usuários das demonstrações financeiras sobre a natureza, o valor, a época e a incerteza de receitas e fluxos de caixa provenientes de contrato com cliente;
- iii) na mensuração de ativos e passivos, quando não houver regulamentação específica, será necessário:
 - a) mensurar os ativos pelo menor valor entre o custo e o valor justo na data-base do balancete ou balanço;
 - b) mensurar os passivos:

- b1) pelo valor de liquidação previsto em contrato;
- b2) pelo valor estimado da obrigação, quando o contrato não especificar valor de pagamento.

Resolução CMN nº 4.966, de 25 de novembro de 2022: a norma dispõe sobre os conceitos e os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, e quanto a desigualdade e ao reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge) pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Entrou em vigor em 1º de janeiro de 2022: a mensuração dos investimentos em coligadas, controladas e controladas em conjunto avaliados pelo método de equivalência patrimonial, destinados a venda; a divulgação das demonstrações financeiras consolidadas de acordo o Padrão Contábil das Instituições Reguladas pelo Banco Central do Brasil (Conif) e das demonstrações no padrão contábil internacional; a elaboração do plano de implementação dessa normativa, no que tange às alterações a serem aplicadas a partir de 01/2023, além da sua aprovação e divulgação. O resumo do plano de implantação, conforme artigo 76 inciso II, é apresentado na nota nº 38.

Consolidação do Conif: no intuito de conciliar em ato normativo único as rubricas de cada um dos grupos contábeis que compõem o Elenco de Contas do Conif, segundo a Resolução BCB nº 92/2021, o Banco Central do Brasil divulgou em 1º/4/2022 as Instruções Normativas mencionadas a seguir, com entrada em vigor a partir de 1º/7/2022: Instrução Normativa nº 268, de 1º de abril de 2022, que define as rubricas contábeis do grupo Ativo Realizável; Instrução Normativa nº 269, de 1º de abril de 2022, que define as rubricas contábeis do grupo Ativo Permanente; Instrução Normativa nº 270, de 1º de abril de 2022, que define as rubricas contábeis do grupo Compensação Ativa; Instrução Normativa nº 271, de 1º de abril de 2022, que define as rubricas contábeis do grupo Passivo Exigível; Instrução Normativa nº 272, de 1º de abril de 2022, que define as rubricas contábeis do grupo Patrimônio Líquido; Instrução Normativa nº 273, de 1º de abril de 2022, que define as rubricas contábeis do grupo Resultado Credor; Instrução Normativa nº 275, de 1º de abril de 2022, que define as rubricas contábeis do grupo Compensação Passiva.

Em complemento, na data de 27/10/2022 o Banco Central do Brasil divulgou a Instrução Normativa BCB nº 315, que define as rubricas contábeis do grupo Resultado Devedor, em substituição à Instrução Normativa BCB nº 274 de 1º/4/2022.

Lei Complementar nº 196, de 24 de agosto de 2022: a norma altera a Lei Complementar nº 130 de 17/4/2009, integrando as confederações de serviço constituídas por cooperativas centrais de crédito no Sistema Nacional de Crédito Cooperativo e entre as instituições sujeitas a autorização e normatização do Banco Central do Brasil; define o tratamento das perdas, no caso de incorporação; expande o campo de aplicação dos recursos destinados ao Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES; qualifica as quotas de capital como impenhoráveis e permite que os saldos de capital, de remuneração de capital e de sobras a pagar não procurados pelos associados demitidos, eliminados ou excluídos sejam revertidos ao fundo de reserva da cooperativa, após decorridos 5 (cinco) anos do processo de desligamento. Os impactos foram avaliados e concluiu-se necessária a adequação de normatizações internas, cujo processo de elaboração e divulgação já está em andamento.

b) Mudanças a serem aplicadas em períodos futuros

ANEXO, trazemos um resumo sobre as novas normas recentemente emitidas pelos órgãos reguladores, ainda a serem adotadas pela Cooperativa:

Instrução Normativa BCB nº 339, de 4 de novembro de 2022: a norma revoga a Carta Circular nº 3.429 de 11/3/2010, excluindo a possibilidade de reconhecer no passivo as obrigações tributárias objeto de discussão judicial, para as quais não exista probabilidade de perda.

A mensuração dos impactos se dará através da análise sistemática das provisões passivas constituídas, referentes a processos judiciais em andamento. Para aqueles em que não seja identificada perda provável, a reversão será indispensável. Este normativo entra em vigor em 1º de janeiro de 2023.

Resolução BCB nº 308, de 22 de março de 2022: a norma trata da remessa diária de informações ao Banco Central do Brasil referentes a poupança, volume financeiro das transações de pagamento realizadas no dia, Certificados de Depósito Bancário (CDBs), Recibos de Depósito Bancário (RDBs) e depósitos de aviso prévio de emissão própria e saldos contábeis de natureza ativa e passiva, tais como disponibilidades, depósitos, recursos disponíveis de clientes, entre outros.

Resolução CND nº 5051, de 25 de novembro de 2022: dispõe sobre a organização e o funcionamento de cooperativas de crédito. Em suma, consolida em ato normativo

único sobre práticas atributíveis às cooperativas filiadas, cooperativas centrais e confederações de crédito.

Apesar dessa conclusão prêmia, o normativo está sendo analisado pela cooperativa e, em caso de alterações nas práticas adotadas, esses impactos serão considerados até a data de sua vigência. Este normativo entra em vigor em 1º de janeiro de 2023.

Resolução CVM n.º 4.566, de 25 de novembro de 2022: a Resolução dispõe sobre os conceitos e os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge) pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo BCB, buscando reduzir as assimetrias das normas contábeis previstas no Cosif em relação aos padrões internacionais. Entra em vigor em 1º/1/2023.

Iniciou-se a avaliação dos impactos da adoção dos itens normativos vigentes a partir de 1º/1/2023, os quais serão divulgados de forma detalhada nas notas explicativas às demonstrações financeiras do exercício de 2024, conforme requerido pelo art. 28 do referido normativo.

Lei nº 14.467, de 26 de novembro de 2022: dispõe sobre o tratamento tributário aplicável às perdas incorridas no recebimento de créditos decorrentes das atividades das instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. O normativo autoriza a dedução, na determinação do lucro real e da base de cálculo da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL, as perdas incorridas no recebimento de créditos decorrentes de atividades relativas a operações em inadimplência e operações com pessoas jurídicas em processo de falência ou em recuperação judicial.

Os impactos estão sendo analisados pela cooperativa e serão considerados até a data da vigência do normativo. Este normativo entra em vigor em 1º de janeiro de 2025.

Resolução BCB nº 255, de 1 de novembro de 2022 e Instrução Normativa BCB nº 318, de 4 de novembro de 2022: em consonância à reforma futura trazida pela Resolução

CNH nº 4.966/2021, o Banco Central do Brasil definiu a reestruturação completa do elenco de contas do Cossi, estabelecendo a nova estrutura dos grupos e subgrupos de contas, tratados em separado nos normativos supracitados.

Iniciou-se a avaliação dos impactos nos sistemas operacionais, cuja análise está em paralelo à Resolução CNH nº 4.966 de 25/11/2021. Este normativo entra em vigor em 21 de janeiro de 2025.

2.2 Continuidade dos Negócios

A Administração avalia a capacidade de a Cooperativa continuar operando normalmente e está convencida de que possui recursos suficientes para dar continuidade a seus negócios no futuro. Dessa forma, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade operacional.

O SICOOB CREDIÇUCAR contribui de forma responsável e atende a todos os protocolos de segurança a fim de evitar a propagação do Coronavírus, seguindo as recomendações e orientações do Ministério da Saúde, e adotando alternativas que auxiliam no cumprimento da nossa missão.

Embora o desaquecimento econômico, consequência das ações adotadas para conter a pandemia da Covid-19, tenha atingido diversos segmentos empresariais no Brasil e no mundo, tendo em vista a experiência da Cooperativa no gerenciamento e monitoramento de riscos, capital e liquidez, com o auxílio das estruturas centralizadas do Sicoob, bem como as informações existentes no momento dessa avaliação, não foram identificados indícios de qualquer evento que possam interromper suas operações em um futuro previsível.

3 Resumo das Principais Práticas Contábeis

a) Apuração do Resultado

Os ingressos/receitas e os dispêndios/despesas são registrados de acordo com o regime de competência.

As receitas com prestação de serviços, típicas do sistema financeiro, são reconhecidas quando da prestação de serviços ao associado ou a terceiros.

Os dispêndios e as despesas e os ingressos e receitas operacionais, não proporcionados de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

De acordo com a Lei nº 5.764/1971, o resultado é segregado em atos cooperativos, aqueles praticados entre as Cooperativas e seus associados, ou Cooperativas entre si, para o cumprimento de seus objetivos estatutários, e os atos não cooperativos aqueles que importam em operações com terceiros não associados.

b) Estimativas Contábeis

Na elaboração das demonstrações financeiras faz-se necessário utilizar estimativas para determinar o valor de certos ativos, passivos e outras transações considerando a melhor informação disponível. Incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para créditos de liquidação duvidosa, à vida útil dos bens do ativo imobilizado, provisões para causas judiciais, entre outras. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas.

c) Caixa e Equivalentes de Caixa

Composto pelas disponibilidades, pela Centralização Financeira mantida na Central e por aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valores e limites e, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias, a contar da data de aquisição.

d) Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

Representam operações a preços fixos referentes às compras de títulos com compromisso de revenda e aplicações em depósitos interfinanceiros, e estão demonstradas pelo valor de regate, líquidas dos rendimentos a apropriar correspondentes a períodos futuros.

e) Títulos e Valores Mobiliários

A carteira está composta por títulos de renda fixa, os quais são apresentados pelo custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do Balanço, ajustados aos respectivos valores de mercado, como aplicável; e Participações de Cooperativas, registradas pelo valor de custo, conforme reclassificação requerida pela Resolução CVM nº 4.817/2020.

f) Relações Interfinanceiras – Centralização Financeira

Os recursos captados pela Cooperativa que não tenham sido aplicados em suas atividades são concentrados por meio de transferências interfinanceiras para a Cooperativa Central, e utilizados por ela para aplicação financeira. De acordo com a Lei nº 5.764/1971, essas ações são definidas como atos cooperativos.

g) Operações de Crédito

As operações de crédito com encargos financeiros pré-fixados são registradas a valor futuro, estificadas por conta de vendas a apropriar; e as operações de crédito pós-fixadas são registradas a valor presente, calculadas por critério "pro rata temporis", com base na variação dos respectivos indexadores pactuados.

h) Provisão para Perdas Associadas ao Risco de Crédito

Constituída em montante julgado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber, levando-se em consideração a análise das operações em aberto, as garantias existentes, a experiência passada, a capacidade de pagamento e liquidez do tomador do crédito e os riscos específicos apresentados em cada operação, além da conjuntura econômica.

As Resoluções CMM nº 2.677/2000 e 2.682/1999 estabeleceram os critérios para classificação das operações de crédito, definindo regras para a constituição da provisão para operações de crédito, as quais estabelecem nove níveis de risco, de AA (risco mínimo) a H (risco máximo). As operações classificadas como nível "H" permanecem nessa classificação por seis meses, quando não baixadas contra a provisão existente e controladas em contas de compensação por, no mínimo, cinco anos e enquanto não forem esgotados todos os procedimentos para cobrança, não mais figurando no Balanço Patrimonial.

i) Depósitos em Garantia

Existem situações em que a Cooperativa questiona a legitimidade de determinados passivos ou ações em que figura como pelo passivo. Por conta desses questionamentos, por ordem judicial ou por estratégia da própria administração, os valores em questão podem ser depositados em juiz, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo.

j) Imobilizado de Uso

Equipamentos de processamento de dados, móveis, utensílios e outros equipamentos, instalações, edificações, veículos e benfeitorias em imóveis de terceiros são demonstrados pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada. Nos termos da Resolução CMM nº 4.535/2016, as depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas determinadas pelo prazo de vida útil estimado dos bens.

k) Intangível

Correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Cooperativa ou exercidos com essa finalidade, deduzidos da amortização acumulada. Nos termos da Resolução CMM nº 4.534/2016, as amortizações são calculadas pelo método linear, com base em taxas determinadas pelo prazo de vida útil estimado dos bens.

l) Ativos Contingentes

Não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis sobre as quais não cabem mais recursos contrários, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de dívida provável, quando aplicável, são apenas divulgados em notas explicativas às demonstrações financeiras.

m) Obrigações por Empréstimos e Repasses

As obrigações por empréstimos e repasses são reconhecidas inicialmente no recebimento dos recursos, líquidos dos custos da transação. Em seguida, os saídos dos empréstimos tornados são acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido ("pro rata temporis"), assim como das despesas apropriar referentes aos encargos contratuais até o fim do contrato, quando calculáveis.

n) Depósitos

Os depósitos são demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram, quando aplicáveis, os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base "pro rata die".

o) Outros Ativos

São registrados pelo regime de competência, apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas, até a data do balanço.

p) Outros Passivos

Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridos.

q) Provisões

São reconhecidas quando a Cooperativa tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar uma obrigação legal. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

r) Provisões para Demandas Judiciais e Passivos Contingentes

São reconhecidos contabilmente quando, com base na opinião de assessores jurídicos, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, gerando uma provável saída no futuro de recursos para a liquidação das ações, e quando os montantes envolvidos forem mensurados com suficiente segurança. As ações com chance de perda possível são apenas divulgadas em nota explicativa das demonstrações financeiras, e as ações com chance remota de perda não são divulgadas.

s) Obrigações Legais

São aquelas que decorrem de um contrato por meio de termos explícitos ou implícitos, de uma lei ou um outro instrumento fundamentado em lei, que a Cooperativa tem por diretriz.

t) Tributos

Em cumprimento ao art. 87 da Lei nº 5.764/1971, os rendimentos auferidos através de serviços prestados a não associados são submetidos à tributação dos impostos que lhes cabem, sendo eles, a depender da natureza do serviço, Imposto de Renda (IRPJ), Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido (CSLL), Programa de Integração Social (PIS), Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) e Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN).

O IRPJ e a CSLL têm incidência sobre os atos não cooperativos, situação prevista no caput do art. 194 do Decreto 9.580/2018 (RIR2018), nas alíquotas de 15%, acrescida de adicional de 10%, para o IRPJ e 16% para a CSLL. Ambas as alíquotas incidem sobre o lucro líquido, após os devidos ajustes e compensações de prejuízos.

Ainda no âmbito federal, as cooperativas contribuem com o PIS à alíquota de 0,65% e COFINS à alíquota de 4%, incidentes sobre as receitas auferidas com não associados, após deduções legais previstas na legislação tributária.

O ISSQN é aplicado sobre as receitas auferidas com serviços específicos, sendo recolhido mediante a aplicação de alíquota definida pelo município sede do Ponto de Abastecimento (PA) que tenha prestado o serviço à não associado.

O resultado apurado em operações realizadas com cooperados não tem incidência de tributação.

v) Segregação em Circulante e Não-Circulante

No Balanço Patrimonial, os ativos e passivos são apresentados por ordem de liquidez. Nas Notas Explicativas, os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores a doze meses após a data-base do balanço estão classificados no curto prazo (circulante), e os prazos superiores, no longo prazo (não circulante).

v) Valor Recuperável de Ativos – Impairment

A redução do valor recuperável dos ativos não financeiros (impairment) é reconhecida como perda, quando o valor de contabilização de um ativo – exceto outros valores e bens – for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. As perdas por "impairment", quando aplicáveis, são registradas no resultado do período em que foram identificadas.

Em 31 de dezembro de 2022 não existiam indícios da necessidade de redução do valor recuperável dos ativos não financeiros.

w) Partes Relacionadas

São consideradas partes relacionadas as pessoas físicas que têm autoridade e responsabilidade de planejar, dirigir e controlar as atividades da Cooperativa e membros

próximos da família de tais pessoas, bem como entidades que participam do mesmo grupo econômico ou que são coligadas, controladas ou controladoras em conjunto pela entidade que está elaborando seus demonstrativos financeiros, conforme CPC 05 (R1) – Divulgação sobre Partes Relacionadas (Comitê de Pronunciamentos Contábeis, em 7/10/2010).

Deesa forma, para fins de elaboração e divulgação das demonstrações financeiras e respectivas notas explicativas, não são consideradas partes relacionadas os membros do Conselho Fiscal.

a) Resultados Recorrentes e Não Recorrentes

Como definido pela Resolução BCB nº 2/2020, os resultados recorrentes são aqueles que estão relacionados com as atividades características da Cooperativa ocorridas com frequência no presente e previstas para ocorrer no futuro, enquanto os resultados não recorrentes são aqueles decorrentes de um evento extraordinário e/ou imprevisível, com a tendência de não se repetir no futuro.

y) Instrumentos Financeiros

O Sicoob CREDIUCAR opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, aplicações interfinanceiras de liquidez, títulos e valores mobiliários (TVM), relações interfinanceiras, operações de crédito, depósitos à vista e a prazo, empréstimos e repasses.

Os instrumentos financeiros ativos e passivos estão registrados no balanço patrimonial a valores contábeis, a qual se aproximam dos valores justos.

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a Cooperativa não realizou operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos.

z) Eventos Subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações financeiras e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações financeiras; e
- Eventos que não originam ajustes: evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações financeiras.

Não houve qualquer evento subsequente para as demonstrações financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2022.

4 Caixa e Equivalente de Caixa

O caixa e os equivalentes de caixa, apresentados na demonstração dos fluxos de caixa, estão constituídos por:

Concepto	2022/2023	2021/2022
Caixa e depósitos bancários	1.688.287,00	1.725.350,00
Aplicações interfinanceiras - centralização financeira	50.000,00	50.000,00
2022/2023	1.738.287,00	1.775.350,00

(a) Referem-se à centralização financeira das disponibilidades líquidas da Cooperativa, depositadas junto ao SICOOB CENTRAL COCRESP como determinado no art. 37, da Resolução CMM nº 4.434/2015.

5 Aplicações Interfinanceiras de Líquidez

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, as aplicações interfinanceiras de líquidez estavam assim compostas:

Descrição	31/12/2022		31/12/2021	
	Corrente	Não Corrente	Corrente	Não Corrente
Aplicações	10.547.082,29		10.481.785,31	
TOTAL	10.547.082,29		10.481.785,31	

Referem-se às aplicações em Certificados de Depósitos Interbancários – CDI no Banco Sicob.

Os rendimentos auferidos com aplicações interfinanceiras de liquidez, nos períodos findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, registrados em contrapartida à receita de "Resultado de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez", foram, respectivamente:

Período	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2020
Resultado de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	1.102.804,24	200.000,00	200.000,00

6 Títulos e Valores Mobiliários

a) Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, as participações de cooperativas estavam assim compostas:

Descrição	31/12/2022		31/12/2021	
	Corrente	Não Corrente	Corrente	Não Corrente
Participação Em Cooperativa Central De Crédito	3.471.866,23		3.580.350,00	
Participação Em Instituição Financeira Controlada Por Cooperativa De Crédito	- 151.656,74		- 113.729,44	
Participação Em Cooperativa, Excluso Cooperativa Central De Crédito	- 350.000		-	
TOTAL	- 1.031.904,94		- 2.000.080,44	

A partir de 1º/7/2022 os saídos de Participações de Cooperativas em entidades que não sejam coligadas, controladas ou controladoras em conjunto, para as quais não há previsão de avaliação pelo Método de Equivalência Patrimonial – MEP, passaram a compor o saldo do grupo de Títulos e Valores Mobiliários (TVM), conforme estabelecido na Instrução Normativa BCB nº 269/2022. Essas participações são registradas pelo valor de custo de aquisição, conforme a Resolução CMN nº 4.817/2020.

b) Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, as aplicações em Títulos e Valores Mobiliários estavam assim compostas:

Descrição	31/12/2022		31/12/2021	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Títulos de Renda Fixa (a)	42.487.786,00	-	32.510.384,00	-
Aplicações em Fundos de Investimento	6.511.680,00	-	5.109.921,70	-
TOTAL	51.000.466,00	-	37.620.305,70	-

(a) Os Títulos de Renda Fixa referem-se, substancialmente, às aplicações em Recibos de Depósitos Interbancários – RDI, no SICOOB CENTRAL CECRESP.

Os rendimentos auferidos com Títulos e Valores Mobiliários nos períodos findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, registrados em contrapartida à receita de "Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários", foram, respectivamente:

Período	2º Semestre	31/12/2022	31/12/2021
Rendimentos de Títulos de Renda Fixa	3.350.701,20	5.680.680,00	2.386.809,30
Rendimentos de Aplicações em Fundos de Investimento	436.448,47	711.926,31	239.817,70
TOTAL	3.787.149,67	6.402.606,31	2.626.627,00

7 Relações Interfinanceiras Ativas

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, as outras relações interfinanceiras estavam assim compostas:

Descrição	31/12/2022		31/12/2021	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Contrato de Financeira - Operações	101.491.100	-	101.117.70	-
Total	101.491.100	-	101.117.70	-

8 Operações de Crédito

a) Composição da carteira de crédito por modalidade:

Descrição	31/12/2022			31/12/2021		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Empreendimentos e Títulos	31.848.024,87	27.282.713,00	79.137.148,87	29.587.730,00	24.254.151,00	53.841.882,34
Operações de Crédito	848.204,00	1.402.250,13	2.250.454,13	203.587,13	151.460,00	1.463.030,00
Financiamentos	107.125,00	237.000,00	344.125,00	203.125,00	203.000,00	407.125,00
Investimentos Financeiros	101.830.434,64	28.197.388,00	130.027.822,64	72.284.884,00	26.219.830,00	98.504.714,00
Total das Operações de Crédito	101.830.434,64	28.197.388,00	130.027.822,64	72.284.884,00	26.219.830,00	98.504.714,00
1.1.1. Inventários para Operações de Crédito	(3.659.213,18)	(2.369.403,43)	(7.428.616,61)	(2.476.040,74)	(2.172.130,00)	(4.648.200,74)
Total	98.171.221,46	25.828.984,57	129.900.213,18	69.808.843,26	24.047.660,00	93.856.513,26

b) Composição por tipo de operação e classificação por nível de risco de acordo com a Resolução CBN nº 2.682/1999:

Nível / Percentual de Risco / Situação	Empréstimo e Títulos Descontados	Financiamentos Pessoais	Total em 31/12/2022	Provisão Indireta	Total em 31/12/2022	Provisão Indireta
0% - Normal	8.029.462,10	0,00	8.029.462,10	1.000.000,00	8.029.462,10	1.000.000,00
0,01% - Dúvida	10.711.660,00	1.367.960,00	12.079.620,00	1.150.000,00	12.079.620,00	1.150.000,00
0,1% - Dúvida	10.220.100,00	207.040,00	10.427.140,00	1.000.000,00	10.427.140,00	1.000.000,00
0,5% - Dúvida	127.147,20	0,00	127.147,20	1.200.000,00	127.147,20	1.200.000,00
0,75% - Dúvida	17.044.441,40	320.400,00	17.364.841,40	1.000.000,00	17.364.841,40	1.000.000,00
1% - Dúvida	234.711,10	0,00	234.711,10	100.000,00	234.711,10	100.000,00
2,5% - Dúvida	2.000.000,00	45.480,00	2.045.480,00	1.000.000,00	2.045.480,00	1.000.000,00
3,5% - Dúvida	2.221.733,10	0,00	2.221.733,10	1.000.000,00	2.221.733,10	1.000.000,00
5% - Normal	1.451.888,10	0,00	1.451.888,10	1.000.000,00	1.451.888,10	1.000.000,00
5,5% - Dúvida	1.440.111,20	0,00	1.440.111,20	1.000.000,00	1.440.111,20	1.000.000,00
6% - Normal	3.180.111,10	0,00	3.180.111,10	1.000.000,00	3.180.111,10	1.000.000,00
6,5% - Dúvida	651.067,50	0,00	651.067,50	100.000,00	651.067,50	100.000,00
7% - Normal	2.000.000,00	0,00	2.000.000,00	1.000.000,00	2.000.000,00	1.000.000,00
8% - Dúvida	835.208,70	0,00	835.208,70	100.000,00	835.208,70	100.000,00
H - Normal	695.111,00	0,00	695.111,00	999.911,00	695.111,00	999.911,00
H - Dúvida	1.254.307,70	167.583,90	1.421.891,60	1.420.800,00	1.421.891,60	1.420.800,00
Total Normal	19.125.000,40	2.158.715,00	21.283.715,00	10.000.000,00	21.283.715,00	10.000.000,00
Total Dúvida	8.944.438,00	167.583,90	9.111.021,90	9.000.000,00	9.111.021,90	9.000.000,00
Total Geral	28.069.438,40	2.326.298,90	30.395.737,30	19.000.000,00	30.395.737,30	19.000.000,00
Reservado	17.920.000,00	1.000.000,00	18.920.000,00	1.000.000,00	18.920.000,00	1.000.000,00
Total Líquido	10.849.315,20	1.326.298,90	12.175.614,10	8.000.000,00	12.175.614,10	8.000.000,00

c) Composição da carteira de crédito por faixa de vencimento (diário):

Tipo	Até 90	De 91 a 360	Acima de 360	Total
Empréstimos e Títulos Descontados	23.414.060,00	18.379.000,00	31.262.113,00	72.055.173,00
Financiamentos	19.031.700,00	424.000,00	1.000.000,00	20.455.700,00
Financiamentos Demais	10.111.000,00	10.100.000,00	1.000.000,00	21.211.000,00
TGFNs	23.763.917,00	18.826.916,00	36.197.000,00	91.807.833,00

d) Composição da carteira de crédito por tipo de produto, cliente e atividade econômica:

Descrição	Empreendimentos	Financiamento	Financiamento Rural	31/12/2022	% da Carteira
Ativo Pessoal - Consórcio	8.123.705,00	167.000,00	0,00	8.290.744,43	11,38%
Ativo Pessoal - Imóveis	911.150,00	0,00	0,00	911.150,00	1,11%
Ativo Pessoal - Serviços	27.525.049,00	486.200,00	0,00	27.994.249,00	46,43%
Pessoal Fixo	28.644.774,12	1.619.200,29	484.720,29	30.738.795,61	37,88%
Outros	2.980.038,71	0,00	0,00	2.980.038,71	3,84%
TOTAL	78.137.148,84	2.295.400,79	484.720,29	81.822.569,82	100,00%

e) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa de operações de crédito:

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Saldo inicial	(5.140.335,89)	(4.384.683,17)
Créditos realizados para provisão	1.818.000,21	2.763.000,72
Conversão da provisão para perdas em operações de crédito	(1.200.600,37)	(5.921.681,25)
Haverá saldo de provisão para operações de crédito	3.608.600,24	3.221.314,62
Saldo Final	(1.488.676,62)	(5.140.335,89)

f) Concentração dos principais devedores:

Concentração	31/12/2022	% Carteira Total	31/12/2021	% Carteira Total
Maior Devedor	2.748.821,00	3,30%	3.159.600,00	3,70%
10 Maiores Devedores	15.819.875,32	19,56%	12.628.440,94	23,76%
50 Maiores Devedores	36.662.479,12	44,96%	36.586.117,02	44,35%

Comprova o saldo da concentração de devedores as operações de crédito e as operações de outros créditos. Não estão contemplados no saldo os valores de encargos financeiros gerados pela utilização de limites de cheque especial.

g) Movimentação de créditos baixados como prejuízo:

Detalhamento	31/12/2022	31/12/2021
Saldo inicial	17.879.740,11	18.575.381,41
Valor das operações recuperadas no período	(3.223.611,93)	(7.407.216,73)
Valor das operações transferidas no período	8.300.000,00	7.191.855,44
Saldo Final	12.956.128,28	13.879.380,11

Para fins de apuração dos valores de movimentação de saldos em prejuízo, não considerados os lançamentos decorrentes de operações de crédito e de operações de outros créditos.

9 Outros Ativos Financeiros

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, os outros ativos financeiros, compostos por valores referentes às importâncias devidas à Cooperativa por pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas no país, estavam assim compostos:

Detalhamento	31/12/2022		31/12/2021	
	Capitalizável	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Créditos por Juros e Interesses Correntes (a)	241.050,17	-	610.581,90	-
Créditos a Receber (b)	207.121,81	-	291.411,88	-
Desvalores por Conta de Valores e Bens (c)	761.955,23	65.300,00	39.587,88	14.042,41
Itens a Créditos a Receber (d)	229.155,00	-	137.050,00	-
Desvalores por Depósitos em Garantia (e)	38.527,75	-	25.820,84	-
Total	1.226.532,32	66.300,00	1.193.723,61	14.042,41

- (a) O saldo de **Avais e Fianças Honrados** é composto, substancialmente, por operações oriundas de cartões de crédito vencidas de associados da Cooperativa cedidas pelo Banco Sicob, em virtude de cobrança contratual;
- (b) Em **Rendas a Receber** estão registrados: Rendas de Convênio (R\$ 36.349,98); Rendas de Cartões (R\$ 141.278,40); Rendas da Centralização Financeira a Receber da Cooperativa Central (R\$ 601,11); e outros (R\$ 209.477,12);
- (c) Em **Devedores por Compra de Valores e Bens** estão registrados os saldos a receber de terceiros pela venda a prazo de bens próprios da Cooperativa ou Ativos não Financeiros Mantidos para Venda – Recebidos;
- (d) Em **Titulos e Créditos a Receber** estão registrados: Valores a Receber de Tarifas (R\$ 248.471,86); e outros (R\$ 1.687,49);
- (e) Em **Devedores por Depósitos em Garantia** estão registrados os depósitos judiciais para: Pin Folha (R\$ 2.620,04); e outros (R\$ 38.907,64).

9.1 Provisão para Pendas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito Relativas a Outros Ativos Financeiros

A provisão para outros créditos de liquidação duvidosa foi apurada com base na classificação por nível de risco, de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999.

- a) Provisões para Pendas Associadas ao Risco de Crédito relativas a Outros Ativos Financeiros, segregadas em Circulante e Não Circulante:**

Descrição	31/12/2021		31/12/2020	
	Crédito	Não Crédito	Crédito	Não Crédito
Provisão para Perdas e Desperdícios	101.300,74	0,00	101.300,74	0,00
Ativos Relacionados Considerados de Contabilidade de Crédito	101.300,74	0,00	101.300,74	0,00
TOTAL	101.300,74	0,00	101.300,74	0,00

b) Provisões para Perdas Associadas ao Risco de Crédito relativas a Outros Ativos Financeiros, por tipo de operação e classificação de nível de risco:

Nível / Percentual de Risco / Subsegundo	Outros Créditos	Análise e Riscos Homologados	Desvalores por Compra de Valores e Bens	Total em 31/12/2021	Provisão em 31/12/2021	Total em 31/12/2020	Provisão em 31/12/2020
0,00% - Normal	0,00	0,00	14.300,74	14.300,74	(20.300)	56.829,40	(200,10)
0,1% - Normal	0,00	0,00	817.893,51	817.893,51	(817.893,51)	0,00	0,00
0,1% - Normal	0,00	0,00	215.000,00	215.000,00	(21.500,00)	0,00	0,00
0,30% - Normal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	899,13	(27,24)
0,30% - Vencidas	0,00	160.202,64	0,00	160.202,64	(46.060,85)	56.829,40	(15.534,40)
0,50% - Vencidas	0,00	73.814,48	0,00	73.814,48	(22.387,24)	47.879,23	(12.309,13)
0,70% - Vencidas	0,00	89.100,00	0,00	89.100,00	(69.100,00)	20.487,00	(15.686,10)
1,00% - Vencidas	0,00	424.730,17	0,00	424.730,17	(424.730,17)	809.032,14	(809.032,14)
Total Normal	0,00	0,00	848.892,25	848.892,25	(27.749,77)	52.538,23	(55,13)
Total Vencidas	0,00	748.822,12	0,00	748.822,12	(27.525,12)	821.831,68	(500.001,68)
Total Geral	0,00	748.822,12	848.892,25	1597.714,37	(52.254,89)	561.369,11	(550.001,68)
Provisão	0,00	(573.204,17)	(27.749,77)	(501.053,45)	561.369,11		
Total Líquido	0,00	175.398,00	819.202,25	994.500,25	123.114,93		

10 Ativos Fiscais, Correntes e Diferidos

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, os ativos fiscais, correntes e diferidos estavam assim compostos:

Descrição	31/12/2022		31/12/2021	
	Corrente	Não Corrente	Corrente	Não Corrente
Impostos e Contribuições a Compensar	437.085,81	-	322.188,80	-
Imposto de Renda a Recuperar	11.611,71	-	13.458,93	-
(TOTAL)	448.700,52	-	335.647,73	-

11 Outros Ativos

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, os outros ativos estavam assim compostos:

Descrição	31/12/2022		31/12/2021	
	Corrente	Não Corrente	Corrente	Não Corrente
Antecipações e Anticipações Salários	29.423,00	-	1.386,58	-
Salvamentos para Pagamentos de Nossa Conta	14.328,01	-	14.328,00	-
Dvedores Diversos - País (a)	203.626,87	-	88.029,83	-
Material em Estoque	5.168,52	-	4.413,55	-
Ativo não Financeiro para Venda - Recursos (b)	4.931.316,03	-	4.931.190,13	-
CFInv. Diret. Ativo não Financeiro para Venda - Rec. (c)	(1.982.000,00)	-	-	-
Despesas Antecipadas (d)	152.151,00	-	139.651,00	-
(TOTAL)	4.006.500,44	-	4.000.141,72	-

(a) Em Dvedores Diversos estão registrados os saldos relativos a Pendências a Regularizar (R\$ 149.133,63) e outros (R\$ 94.405,34);

- (b) Em Ativos Não Financeiros Mantidos para Venda - Recebidos estão registrados os valores de bens recebidos para pagamento de operações com associados, não estando sujeitos a depreciação ou correção.
- (c) Refere-se às provisões constituídas com base em laudos atualizados de avaliação dos bens registrados em "Ativos Não Financeiros Mantidos para Venda - Recebidos".
- (d) Registram-se ainda no grupo, as despesas antecipadas, referentes aos prêmios de seguros, vale refeição, vale alimentação, entre outras.

12. Imobilizado de Uso

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o imobilizado de uso estava assim composto:

Descrição	Taxa Depreciação	31/12/2022	31/12/2021
Imobilizado em Curso (a)		26.421,66	-
Venda		288.157,55	288.157,55
Inteligências	4%	180.000,00	180.000,00
Instalações	10%	120.000,00	120.000,00
Móveis e equipamentos de Uso	10%	12.241,12	12.241,12
Sistemas de Processamento de Dados	20%	1.280.000,00	1.280.000,00
Sistemas de Segurança	10%	48.240,00	38.840,00
Total de Imobilizado de Uso		4.788.111,67	4.832.840,12
- (Depreciação Acum. Imóveis de Uso - Fábrica/Oficina)		(380.000,00)	(321.000,00)
- (Depreciação Acumulada de Instalações)		(282.815,16)	(209.288,00)
- (Depreciação Acum. Móveis e Equipamentos de Uso)		(1.018.811,70)	(1.059.100,00)
Total de Depreciação do Imobilizado de Uso		3.132.626,96	3.002.390,00
Total		1.655.484,71	1.830.450,12

- (a) As imobilizações em curso serão alocadas em grupo específico após a conclusão das obras e efetivo uso, quando passando a ser depreciadas.

13 Intangível

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o intangível estava assim composto:

Descrição	Taxa de Amortização	31/12/2022	31/12/2021
Software De Processamento De Dados	57,924,50	57,924,50	
Software De Comunicação De Segurança	57,441,53	57,441,53	
Intangível		115.366.03	115.366.03
Amort. Acum. De Ativos Intangíveis		02.150.00	02.150.00
Total de Amortização de ativos Intangíveis		113.216.03	113.216.03
TOTAL		02.750,00	01.350,01

14 Depósitos

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, os depósitos estavam assim compostos:

Descrição	31/12/2022		31/12/2021	
	Corrente	Não Corrente	Corrente	Não Corrente
Depósito Bancário	27.710.952,00	-	26.920.000,00	-
Depósito Selicado	132.630,00	-	133.000,00	-
Depósito Fazenda	102.900.000,00	-	102.900.000,00	102.900.00
TOTAL	132.543.582,00		113.050.000,00	102.900.00

(a) Valores cuja disponibilidade é imediata aos associados, ficando a critério do portador dos recursos fazê-lo conforme sua necessidade.

(b) Valores pactuados para disponibilidade em prazos pré-estabelecidos, os quais recebem atualizações por encargos financeiros remuneratórios conforme a sua contratação em pós ou pré-fixada. Suas remunerações pós-fixadas são calculadas com base no critério de "pro rata temporis"; as remunerações pré-fixadas são calculadas e registradas pelo valor futuro, com base no prazo final das operações, ajustadas, na data da demonstração financeira, pelas despesas apropriar registradas em conta reduutora de depósitos a prazo.

Os depósitos mantidos na Cooperativa estão garantidos, até o limite de R\$ 250.000,00 por CPF ou CNPJ – com exceção de contas conjuntas, que têm seu valor dividido pelo número de titulares – pelo Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop), que é uma reserva financeira constituída pelas Cooperativas de Crédito, regida pelo Banco Central do Brasil, conforme a determinação da Resolução CMN nº 4.933/2021. O registro do FGCoop, como regulamentado, passa a ser feito em "Disciplinas de captação no mercado".

c) Concentração dos principais depositantes:

Descrição	31/12/2022	% Carteira Total	31/12/2021	% Carteira Total
Maior Depositante	3.294.899,18	2,40%	4.013.588,15	3,49%
10 Maiores Depositantes	20.888.785,14	15,87%	18.219.630,11	15,88%
50 Maiores Depositantes	47.160.749,29	35,89%	40.620.587,29	35,35%

Compreende a relação de concentração de depositantes ou valores captados através de Depósitos, Conta Benefício do INSS, Conta Salário, Ordens de Pagamento. Os depósitos a prazo são considerados líquidos de impostos.

d) Despesas com operações de captação de mercado:

Descrição	31/12/2022	31/12/2021	30/12/2020
Despesas de Depósitos de Árvores Próprias	(82.241,25)	(183.304,00)	(72.617,49)
Despesas de Depósitos a Preço	19.382.190,89	(18.880.742,59)	(13.931.262,38)
Despesas de Contribuição ao Fundo Garantidor da Caixa	(100.212,30)	(188.482,70)	(188.488,83)
TOTAL	(19.423.617,39)	(11.112.386,39)	(13.631.262,66)

15 Repasses Interfinanceiros / Obrigações por Empréstimos e Repasses

São demonstrados pelo valor principal acrescido de encargos financeiros, e registram os recursos captados junto a outras instituições financeiras para repasse aos associados em diversas modalidades a Capital de Giro. As garantias oferecidas são a caução dos títulos de crédito dos associados beneficiados. Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, estavam assim compostas:

a) Repasses Interfinanceiros:

Instituições	Taxa		Vencimento	31/12/2022		31/12/2021	
	Mínima	Máxima		Não Circulante	Circulante	Não Circulante	Circulante
Recursos do Banco Sicob	6,02%	19,72%	Mar/2023 a Nov/2027	(22.182,39)	313.600,00	195.177,00	180.000,00
TOTAL				192.160,39	313.600,00	195.177,00	180.000,00

As taxas de juros praticadas nas operações interfinanceiras com o Banco Sicob correspondem a uma média de 10,41 % ao ano, com vencimento até 09/11/2027.

b) Despesas de Operações de Empréstimos e Repasses:

Descrição	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2020
Banco Cooperativo Sicoob S.A. - Banco Sicoob	(10.627,48)	(10.627,48)	(12.822,90)
Outras Instituições		(8.359,84)	(13.980,23)
TOTAL	(10.627,48)	(19.987,32)	(26.803,13)

16 Outros Passivos Financeiros

Os recursos de terceiros que estão com a Cooperativa são registrados nessa conta para posterior repasse, por sua ordem. Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, estavam assim compostos:

Descrição	31/12/2022			
	Operações	Meio de Recolhimento	Operações	Meio de Recolhimento
Recursos em Trânsito de Terceiros (a)	2.215.163,18	-	2.215.163,18	-
Operações por Descontos de Forn. e Demais	20.000,00	-	22.000,00	-
Operações Arrecadação de Tributos e Assimelhados (b)	15.021.000,00	-	15.021.000,00	-
Total	17.236.263,18		17.236.263,18	

(a) Em Recursos em Trânsito de Terceiros temos registrados os valores a repassar relativos a Convênio de Energia Elétrica e Gás (R\$ 323,84); e outros (R\$ 2.677.836,34);

(b) Em Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assimelhados temos registrados os valores a repassar relativos a tributos: Operações de Crédito – IOF (R\$ 35.513,43); e outros (R\$ 1.526,65).

17 Provisões

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o saldo de provisões estava assim composto:

Descrição	31/12/2022		31/12/2021	
	Circular	Não Circular	Circular	Não Circular
Provisão Para Garantias Financeiras Prestadas (a)	428.973,45	13.314,89	319.642,82	6.420,23
Provisão Para Contingências (b)	304.177,37	-	66.756,01	-
TOTAL	733.150,82	13.314,89	386.398,83	6.420,23

(a) Refere-se à provisão para garantias financeiras prestadas, apurada sobre o total das cobrigações concedidas pela Cooperativa, conforme a Resolução CMN nº 4.512/2016. A provisão para garantias financeiras prestadas é apurada com base na avaliação de risco dos cooperados beneficiários, de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999. Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a Cooperativa era responsável por cobrigações e riscos em garantias prestadas, referentes a avel prestado em diversas operações de crédito de seus associados com instituições financeiras oficiais:

Descrição	31/12/2022		31/12/2021	
	Cobrigações Prestadas	TOTAL	Cobrigações Prestadas	TOTAL
Cobrigações Prestadas:	11.720.270,52	8.421.400,13		
TOTAL	11.720.270,52	8.421.400,13		

(b) Provisão para Contingências - Demandas Judiciais

Para fazer face às eventuais perdas que possam advir de questões judiciais e administrativas, a Cooperativa, considerando a natureza, a complexidade dos assuntos envolvidos e a avaliação de seus assunções jurídicos, mantém como provisão para contingências tributárias, trabalhistas e civis, classificadas como de risco de perda provável, em montantes considerados suficientes para cobrir perdas em caso de desfecho desfavorável.

Na data das demonstrações financeiras, a Cooperativa apresentava os seguintes passivos e depósitos judiciais relacionados a contingências:

Descrição	31/12/2022		31/12/2021	
	Provisão para Demandas Judiciais	Depósitos Judiciais	Provisão para Demandas Judiciais	Depósitos Judiciais
PROPOLHA		3.620,00		
Trabalhistas	201.424,85	11.880,80	4.198,01	
Outras Contingências	82.752,41	24.820,84	62.558,00	25.820,84
(Total)	304.177,27	39.521,74	66.756,01	25.820,84

(b.1) Segundo a assessoria jurídica do SICOOB CREDIUCAR, existem processos judiciais nos quais a Cooperativa figura como polo passivo, ou quais foram classificados com risco de perda possível, totalizando R\$ 287.477,37. Essas ações abrangem, basicamente, processos trabalhistas ou civis.

O cenário de imprevisibilidade do tempo de duração dos processos, bem como a possibilidade de alterações na jurisprudência dos tribunais, torna incertos os prazos ou os valores esperados de saída.

18 Obrigações Fiscais, Correntes e Diferidas

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o saldo de Obrigações Fiscais, Correntes e Diferidas estava assim composto:

Descrição	31/12/2022		31/12/2021	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Impostos e Contribuições sobre Transações	18.747,10	-	10.632,00	-
Impostos e Contribuições sobre Bens	155.488,18	-	151.488,00	-
Outros	63.311,49	-	34.470,00	-
TOTAL	275.546,37	-	282.590,11	-

19 Outros Passivos

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o saldo de outros passivos estava assim composto:

Transações	31/12/2022		31/12/2021	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Reservas e Estatutárias (a)	759.164,95	-	708.479,00	-
Deposições de Pagamento em Nome da Cooperativa (b)	429.429,00	-	391.714,00	-
Provisão Para Pagamentos a Efetuar (c)	1.168.562,95	-	988.527,00	-
Créditos Diversos – País (d)	457.750,00	-	403.852,75	-
TOTAL	2.805.486,90		2.893.352,75	

(a) A seguir, a composição do saldo de passivos sociais e estatutários, e os respectivos detalhamentos:

Descrição	31/12/2022		31/12/2021	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Cotas de Capital a Pagar (a.1)	309.270,00	-	210.000,00	-
FATES - Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social (a.2)	379.824,35	-	329.740,00	-
TOTAL	788.094,35		739.740,00	

(a.1) Refere-se ao valor de cota capital a ser devolvida para os associados que solicitaram o desligamento do quadro social;

(a.2) O Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é destinado às atividades educacionais, à prestação de assistência aos cooperados, seus familiares e empregados da Cooperativa, sendo constituído pelo resultado dos atos não cooperativos e percentual das sobras líquidas do ato cooperativo, conforme determinação

estatutária. A classificação desses valores em contas passivas segue a determinação do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – PCSIF. Atendendo à instrução do CMN, por meio da Resolução nº 4.872/2020, o FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para as quais se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.

- (b) O saldo apresentado em Obrigações de Pagamento em Nome de Terceiros refere-se aos recursos destinados ao pagamento de salários, vencimentos e similares, cuja prestação de serviço é pactuada através de contrato entre a Cooperativa e a instituição pagadora.
- (c) Em Provisão para Pagamentos a Efectuar temos registrados Despesas de Pessoal (R\$ 672.353,96); e outros (R\$ 493.612,62);
- (d) Os saldos em Credores Diversos - País referem-se a Pendências a Regularizar Banco Sicob (R\$ 1.100,00); Saldos Credores - Encerramento C/C (R\$ 30.631,21); Cheques Depositados Relativos a Descontos Aguardando Compensação (R\$ 44.023,92); e outros (R\$ 381.989,52).

20 Patrimônio Líquido

a) Capital Social

O capital social é representado por cotas-partes no valor nominal de R\$ 1,00 (cada) e integralizado por seus cooperados. De acordo com o Estatuto Social, cada cooperado tem direito em a um voto, independentemente do número de suas cotas-partes.

Dimensione	31/12/2022	31/12/2021
Capital Social	12.665.846,00	10.191.830,73
Associados	0,00	0,00

b) Fundo de Reserva

Representado pelas destinações das sobras definidas em Estatuto Social, utilizado para reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas atividades.

No período de 2022 em saídas de capital, de remuneração de capital ou de sobras a pagar não procuradas pelos associados demitidos, eliminados ou excluídos após decorridos 5 (cinco) anos da demissão, da eliminação ou da exclusão foram revertidos ao fundo de reserva da cooperativa, conforme Lei Complementar nº 196/2022, totalizando R\$ 24.774,87.

Essa movimentação está evidenciada na DMPL na linha de "Outros Eventos/Reservas".

c) Sobras Acumuladas

As sobras são distribuídas e apropriadas conforme Estatuto Social, normas do Banco Central do Brasil e posterior deliberação da Assembleia Geral Ordinária (AGO). Abordando à instrução do CMN, por meio da Resolução nº 4.872/2020, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é registrado como exigibilidade e utilizado em despesas para as quais se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.

Em Assembleia Geral Ordinária, realizada em 2022 em atendimento ao artigo 132 da Lei nº 6.404/1976, os cooperados deliberaram pela destinação das sobras do exercício feito em 31 de dezembro de 2021 da seguinte forma:

- 100% para Conta Capital, no valor de R\$ 478.675,82.

d) Destinações Estatutárias e Legais

A sobra líquida do exercício terá a seguinte destinação:

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Sobra liquida do exercício	1.012.356,91	1.063.760,51
(i) Lucro líquido decorrente de atos não-cooperativos destinado ao FATES	(32.355,55)	-
(ii) Atenção ao FATES e/ou Fundos Voluntários	74.647,35	-
Sobra liquida, base de cálculo das destinações	1.044.918,55	1.063.760,51
(i) Destinação para o Fundo de Retorno – 50%	(521.459,25)	(531.884,25)
(ii) Destinação para o FATES - atos cooperativos – 5%	(52.745,00)	(53.188,00)
Sobras à disposição da Assembleia Geral	534.713,25	479.886,50

A partir do exercício de 2021 a reversão dos dispendios de FATES e Fundos Voluntários passou a ocorrer apenas no encerramento anual, de acordo com a Interpretação Técnica Geral (ITG) 2004 – Entidade Cooperativa e a revogação do texto original da NBC T 20.8.2.8.

a) Juros ao Capital Próprio

A Cooperativa pagou juros ao capital próprio visando remunerar o capital do associado em percentual limitado a 100% da taxa referencial Selic para o exercício de 2022, no montante de R\$ 1.324.032,35. Os critérios para o pagamento obedeceram à Lei Complementar 130, artigo 7º, de 17 de abril de 2009, e seu registro foi realizado conforme Resolução CRR n° 4.872/2020.

21. Resultado de Atos Não Cooperativos

São classificados como ato não cooperativo os rendimentos e/ou dispendios decorrentes de operações realizadas com não associados, sobre os quais há incidência de tributos federais e municipais. Os valores são registrados em separado e o resultado líquido auferido dessas operações, se positivo, é integralmente destinado ao FATES, conforme determina o art. 87 da Lei nº 5.764/2001.

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o resultado de atos não cooperativos possuía a seguinte composição:

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Receitas de prestação de serviços	1.884.788,18	1.519.971,84
Despesas específicas de atos não cooperativos	(281.749,58)	(280.532,55)
Despesas apropriadas na proporção das receitas de atos não cooperativos	(660.306,56)	(668.041,83)
Resultado operacional	916.638,42	541.406,26
Receitas (despesas) não operacionais, líquidas	(185.974,87)	(12.364,13)
Resultado de atos não cooperativos (lucro líquido)	530.663,59	527.542,13
Total de receitas de vendas de seguros com Associados (Resolução Sicoob Consolidação 129/16)	(1.049.957,58)	(864.281,14)
Resultado de atos não cooperativos (lucro líquido) a ser destinado ao FATES - Resultado de não associado	39.088,50	(326.719,81)

22 Receitas de Operações de Crédito

Descrição	2º sem/22	31/12/2022	31/12/2021
Rendas de Adiantamentos a Depositantes	17.384,81	167.897,88	314.482,83
Rendas de Créditos Líquidos	8.308.215,95	14.911.670,89	18.719.080,95
Rendas de Créditos Créditos Descontados	1.323.160,73	2.318.087,23	1.460.987,43
Rendas de Financiamentos	294.388,79	300.038,79	286.713,21
Rendas de Financiamentos Rurais - Recursos Livres	2.534,00	5.843,35	7.956,56
Rendas de Financiamentos Rurais - Recursos Direcionados à Vila	-	-	29.580,21
Rendas de Financiamentos Rurais - Recursos Direcionados da Póspaga Rural	6.668,12	21.431,09	34.604,36
Rendas de Financiamentos Rurais - Recursos Direcionados da LCA	3.888,22	3.888,22	0,00
Recuperação De Créditos Banzada Com Prazo	(637.981,93)	(623.728,34)	1.751.240,11
(Total)	19.712.431,34	19.358.181,88	12.846.885,36

23 Dispêndios e Despesas da Intermediação Financeira

Descrição	2º sem/22	3º/12/2022	2º/12/2021
Despesas De Capital	(6.465.317,36)	(11.182.529,33)	(3.540.343,66)
Despesas De Operações Por Empreendimentos E Repasses	(10.657,46)	(19.982,30)	(26.653,10)
Rendimentos de Provisão para Operações de Crédito	1.489.585,75	2.805.043,28	3.028.394,63
Rendimentos de Provisão para Outros Créditos	52.171,83	80.258,88	161.727,43
Provisão para Operações de Crédito	(4.428.411,47)	(7.263.968,30)	(5.903.987,20)
Provisão para Outros Créditos	(480.094,86)	(619.211,43)	(793.529,60)
TOTAL	(6.881.413,97)	(16.235.456,31)	(7.124.581,39)

24 Ingressos e Receitas de Prestação de Serviços

Descrição	2º sem/22	3º/12/2022	2º/12/2021
Rendas de Cobrança	238.431,31	441.183,39	483.299,81
Rendas de Convênios	38.376,76	73.829,66	83.820,31
Rendas de Conselho	674.803,93	1.158.217,98	800.596,32
Rendas de Cartões	532.138,43	822.783,81	583.342,10
Rendas de Outros Serviços	128.254,17	252.286,76	176.189,20
TOTAL	1.365.882,62	2.599.889,58	2.986.585,88

25 Rendas de Tarifas

Descrição	2º sem/22	3º/12/2022	2º/12/2021
Rendas de Peças de Serviços - PF	337.640,18	715.263,17	647.271,30
Rendas de Serviços Prioritários - PF	80.797,70	155.289,13	112.543,29
Rendas de Serviços Diferenciados - PF	100,00	3.209,99	2.050,71
Rendas de Tarifas Bancárias - PF	463.793,63	918.999,89	760.071,37
TOTAL	919.151,51	1.782.682,19	1.508.804,48

26 Dispêndios e Despesas de Pessoal

Descrição	2º sem/22	2º sem/2021	2º sem/2020
Despesas de Honorários - Conselho Fiscal	(28.150,00)	(28.000,00)	(27.500,00)
Despesas de Honorários - Conselho de Administração	(144.550,00)	(147.200,00)	(158.100,00)
Despesas de Pessoal - Benefícios	(811.360,00)	(712.900,00)	(700.000,00)
Despesas de Pessoal - Encargos Sociais	(627.710,12)	(51.250,00)	(51.100,12)
Despesas de Pessoal - Previdência	(1.711.380,00)	(2.250.000,00)	(2.000.000,00)
Despesas de Pessoal - Transporte	(29.070,00)	(50.000,00)	(11.100,00)
Despesas de Pessoal/Outros	(66.517,00)	(59.000,00)	(64.000,00)
total:	(3.479.880,12)	(8.371.880,00)	(8.440.174,20)

27 Outros Dispêndios e Despesas Administrativas

Descrição	2º sem/22	2º sem/2021	2º sem/2020
Despesas de Pás, Encargos e Outros	(83.380,00)	(151.120,00)	(153.200,00)
Despesas de Projeto	(188.085,72)	(238.254,40)	(288.798,80)
Despesas de Comunicação	(158.487,10)	(280.113,47)	(239.730,80)
Despesas de Manutenção e Conservação de Bens	(26.430,12)	(30.000,00)	(10.100,00)
Despesas de Material	(45.500,70)	(85.200,00)	(56.811,50)
Despesas de Processamento de Dados	(278.488,37)	(400.000,00)	(450.822,72)
Despesas de Promova e Relações Públicas	(178.120,00)	(278.700,00)	(283.814,00)
Despesas de Propaganda e Publicidade	(20.000,00)	(29.000,00)	(14.807,00)
Despesas de Publicações	-	(204,00)	(2.681,00)
Despesas de Seguros	(20.181,00)	(187.000,00)	(192.600,00)
Despesas de Serviços de Sistema Financeiro	(884.447,92)	(928.988,00)	(812.285,00)
Despesas de Serviços de Telecom.	(338.150,00)	(581.180,00)	(321.600,00)
Despesas de Serviços de Vigilância e Segurança	(154.740,00)	(100.500,00)	(344.312,00)
Despesas de Serviços Técnicos Incorporados	(291.420,00)	(725.290,00)	(654.190,00)
Despesas de Transporte	(100.424,70)	(290.201,00)	(240.200,00)
Despesas de Viagens em Pás	(102.395,10)	(180.000,00)	(100.000,00)
Despesas de Comunidade	(8.520,00)	(19.700,00)	(15.000,00)
Despesas de Depósito	(110.000,00)	(200.000,00)	(204.000,00)
Outras Despesas Administrativas	(666.071,72)	(1.412.981,00)	(1.429.881,00)
total:	(2.381.044,02)	(8.180.750,00)	(8.779.382,00)

28 Dispêndios e Despesas Tributárias

Descrição	2º sem/22	31/12/2022	31/12/2021
Despesas Tributárias	(10.037,00)	(87.201,80)	(80.021,70)
Impostos e Contribuições - ISS	(29.533,72)	(29.533,70)	(18.000,10)
Despesas de Contribuição ao COFINS	(29.024,45)	(22.102,22)	(80.000,00)
Despesas de Contribuição ao PIS/PASEP	(24.077,88)	(14.721,20)	(80.000,00)
TOTAL	(100.632,95)	(304.036,85)	(232.817,10)

29 Outros Ingressos e Recursos Operacionais

Descrição	2º sem/22	31/12/2022	31/12/2021
Recuperação de Encargos e Despesas	82.737,08	88.213,71	122.703,84
Dividendos	-	11.478,00	3.510,10
Divulgação de notícias da central	-	43.381,39	-
Rendas de Repasses Interfinanceiros	319,52	4.987,77	19.322,10
Outras rendas operacionais	142,07	11.357,32	131.055,50
Rendas obtidas da carteira de crédito e adesivaria	554.170,04	1.044.882,01	883.880,94
Juros do Capital Recebidos da Central	264.399,29	264.399,29	65.588,12
TOTAL	942.366,96	1.487.376,76	1.361.367,60

30 Outros Dispêndios e Despesas Operacionais

Descrição	2º sem/22	3º/12/2022	31/12/2021
Operações de Crédito - Despesas de Descontos Concedidos em Renegociações	-	(302.401)	-
Outras Despesas Operacionais	(158.209.471)	(269.088.821)	(82.042.421)
Descontos/Correção de Tarifas	(24.883.173)	(433.349.470)	(408.498.141)
Contra, ao Fundo de Reserva, de Fraudes Externas	(14.790.011)	(58.744.031)	(35.101.641)
Fraudes - Fraudes Externas	-	(37.081.891)	(6.328.001)
Fraudes - Práticas Inadequadas	-	(8.972.810)	(15.149.581)
Fraudes - Falhas em Sistemas de TI	-	(2.601.371)	-
Fraudes - Falhas de Gerenciamento	(4.110.391)	(5.981.411)	(92.162.361)
Dispêndios de Assistência Técnica, Educacional e Social	(48.750.429)	(74.841.271)	-
TOTAL	(459.553.931)	(874.518.131)	(357.291.531)

31 Despesas com Provisões

Descrição	2º sem/22	31/12/2022	31/12/2021
Provisões/Reversões para Contingências	(266.843.769)	(266.789.291)	(16.471.320)
Provisões para Garantias Tributárias	(102.184.700)	(102.184.700)	-
Provisões para Contingências	(197.659.401)	(287.534.231)	(75.471.200)
Provisões/Reversões para Garantias Prestadas	(28.329.886)	(117.227.941)	(48.088.246)
Provisões para Garantias Prestadas	(334.882.241)	(648.494.261)	(409.813.386)
Reversões de Provisões para Garantias Prestadas	380.173.381	331.287.201	388.733.121
TOTAL	(329.173.907)	(487.816.061)	(123.581.446)

32. Outras Receitas e Despesas

Detalhamento	2º Sem/22	2022/2022	2021/2021
Lucro em Transações com Ativos Não Financeiros Mantidos P/ Venda	14.331,98	44.331,98	-
Lucro em Transações com Outros Valores De Renda	-	3.000,00	8.484,59
Muitos de Caixa	2.713,00	15.855,94	8.661,30
Rendas de Aluguel	-	1.800,00	75.095,30
Reverso de Outras Provisões não Operacionais	200.034,12	200.034,12	257.031
Outras Rendas não Operacionais	10.342,78	13.125,80	-
(i)Prejuízos em Transações com Ativos Não Financeiros Mantidos P/ Venda	(33.000,00)	(105.855,94)	(44.543,09)
(i)Perdas de Capital	(5.526,41)	(9.589,45)	(11.034,27)
TOTAL	188.916,08	188.874,97	152.007,10

33. Resultado Não Recorrente

Com base na aplicação da premissa contábil adotada, conforme a definição da Resolução BCB nº 3/2020, e nos critérios internos complementares a este normativo, não houve registros referentes a resultados não recorrentes nos períodos de 31 de dezembro de 2022 e 2021.

34. Partes Relacionadas

As operações são realizadas no contexto das atividades operacionais da Cooperativa e de suas atribuições, estabelecidas em regulamentação específica.

34.1. Pessoal Chave da Administração

As operações com tais partes relacionadas não são relevantes no contexto global das operações da Cooperativa, e caracterizam-se basicamente por transações financeiras em regime normal de operações, com a observância restrita das limitações impostas pelas normas do Banco Central, tais como movimentação de contas correntes, aplicações e reengates de RDC e operações de crédito.

As garantias oferecidas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

a) Montante das operações ativas e passivas:

Nos quadros a seguir são apresentados os saldos de operações ativas liberadas e de operações passivas captadas durante o período de 2022:

Montante das Operações Ativas	Valores, % em Relação à Carteira Total	Percentual de Risco
PR – Sem vinculo de Grupo Econômico	8.000,00	0,0034%
TOTAL	8.000,00	0,0034%
Montante das Operações Passivas	136.797,70	0,1352%

PERCENTUAL EM RELAÇÃO À CARTEIRA GERAL: MOVIMENTAÇÃO NO EXERCÍCIO DE 31/12/2022	
Aplicações Financeiras	0,1352%

b) Operações ativas e passivas:

Nos quadros a seguir são apresentados os saldos das operações ativas e passivas atualizados em 31 de dezembro de 2022:

Natureza da Operação de Crédito	Valor da Operação de Crédito	PCLD (Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa)	% da Operação de Crédito em Relação à Carteira Total
---------------------------------	------------------------------	---	--

Natureza dos Depósitos	Valor do Depósito	% em Relação à Carteira Total	Taxa Média - %
Depósitos a Vista	34 454,71	0,0897%	(7%)
Depósitos a Prazo	459 570,34	0,4437%	(153,9%)

c) Foram realizadas transações com partes relacionadas, na forma de: depósito a prazo, cheque especial, conta garantida, cheques descontados, crédito rural – RPL, crédito rural – repasses, empréstimos, entre outras, à taxa/remuneração relacionada no quadro abaixo, por modalidade:

Natureza das Operações Ativas e Passivas	Taxas Média Aplicadas em Relação às Partes Relacionadas a.v.	Prazo médio (a.v.)
Aplicação Financeira - Pós Fixada (% CDI)	101,3407%	145,24

Conforme a Política de Crédito do Sistema Sicoob, as operações realizadas com membros de órgãos estatutários e pessoas ligadas a elas são aprovadas em âmbito do Conselho de Administração ou, quando delegado formalmente, pela Diretoria Executiva, bem como são alvo de acompanhamento especial pela administração da Cooperativa. As taxas aplicadas seguem o normativo vigente à época da concessão da operação.

d) As cobrigações prestadas pela Cooperativa a partes relacionadas foram as seguintes:

Subsidiabilidade Básica	31/12/2022	31/12/2021
Benefícios de Outras Cooperações	17.400,01	0,001,0

a) Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, os montantes de remuneração e benefícios concedidos ao pessoal chave da administração, conforme deliberado em AGO em cumprimento à Lei 5.764/1971 art. 44, foram:

Descrição	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2020
MEB Diretoria/Conselhos	(20.500,00)	(22.300,00)	(25.000,00)
Remunções - Diretoria e Conselho de Administração	(244.900,00)	(487.700,00)	(359.700,00)

b) O Capital Social apresentado pela Cooperativa a partes relacionadas foi:

31/12/2022	31/12/2021
19.598,32	18.779,15

34.2 Cooperativa Central

O SICOOB CREDIÇUCAR, em conjunto com outras Cooperativas Singulares, é filiada à SICOOB CENTRAL CECRESP, que representa o grupo formado por suas afiliadas pertencente as autoridades monetárias, organismos governamentais e entidades privadas.

O SICOOB CENTRAL CECRESP, é uma sociedade cooperativista que tem por objetivo a organização em comum em maior escala dos serviços econômico-financieros e administrativos de suas filiadas (Cooperativas Singulares), integrando e orientando suas atividades, de forma autônoma e independente, por meio dos instrumentos previstos na legislação pertinente e em normas estabelecidas pelo Banco Central do Brasil, bem como facilitando a utilização recíproca dos serviços, para a consecução de seus objetivos.

Para assegurar a consecução de seus objetivos, cabem ao SICOOB CENTRAL CECRESP a coordenação das atividades de suas filiadas, a difusão e o fomento do cooperativismo de crédito, a orientação e aplicação dos recursos captados, a implantação e implementação de controles internos voltados para os sistemas que acompanhem informações econômico-financieras, operacionais e gerenciais, entre outras.

O SICOOB CREDIQUCAR responde solidariamente pelas obrigações contraídas pelo SICOOB CENTRAL CECRESP perante terceiros, até o limite do valor das cotas-parte do capital que subscrever, proporcionalmente, à sua participação nessas operações.

a) Saldo das transações da Cooperativa com o SICOOB CENTRAL CECRESP:

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Ativo - Relações Interfinanceiras - Consolidação Financeira	60.450,00	601.112,27
Ativo - Tributos e Valores Mobiliários (TVMs)	2.470.855,22	1.991.232,02
Total das Operações Ativas	2.531.305,22	1.991.844,19

b) Saldo das Receitas e Despesas da Cooperativa com o SICOOB CENTRAL CECRESP:

Descrição	2º sem/22	31/12/2022	31/12/2021
Saldo de Despesas da Central	(271.499,45)	(557.767,86)	(648.581,76)
Total das Despesas	(271.499,45)	(557.767,86)	(648.581,76)

35 Índice de Basileia

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, o valor do Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos da Resolução CMN nº 4.955/2023, compatível com os riscos de suas atividades, sendo apresentado a seguir o cálculo dos limites:

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Patrimônio de referência (PR)	18.239.284,86	14.982.361,26
Ativos Ponderados pelo Risco (RWA)	134.734.196,35	133.703.873,11
Índice de Basileia (mínimo 115%)	14,62%	14,54%
Imobilizado para cálculo do limite	2.434.722,18	2.541.118,78
Índice de imobilização (limite 50%)	13,26%	17,42%

36 Gerenciamento de Risco

A estrutura de gerenciamento de riscos da Sicob é realizada de forma centralizada pelo Centro Cooperativo Sicob (CCS), com base nas políticas, estratégias, nos processos e limites, buscando identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar os riscos inerentes às suas atividades.

A Política Institucional de Gestão Integrada de Riscos e a Política Institucional de Gerenciamento de Capital, bem como as diretrizes de gerenciamento de riscos e de capital, são aprovadas pelo Conselho de Administração do CCS.

O gerenciamento integrado de riscos abrange, no mínimo, riscos de crédito, mercado, variação das taxas de juros, liquidez, operacional, social, ambiental e climático e gestão de continuidade de negócios e assegura, de forma contínua e integrada, que os riscos sejam administrados de acordo com os níveis definidos na Declaração de Apetite por Riscos (IAS).

O processo de gerenciamento de risco é segregado e a estrutura organizacional envolvida garante especialização, representação e nacionalidade, exibindo a adequada disseminação de informações e do fortalecimento da cultura de gerenciamento de riscos no Sicoob.

São adotados procedimentos para o reporte tempestivo aos órgãos de governança, de informações em situação de normalidade e de exceção em relação às políticas de riscos, e programas de testes de estresse para avaliação de situações críticas, que consideram a adoção de medidas de contingência.

A estrutura centralizada de gerenciamento de riscos e de capital é compatível com a natureza das operações e a complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição aos riscos das entidades do Sicoob, e não desonera as responsabilidades das Cooperativas.

36.1 Risco operacional

As diretrizes para o gerenciamento do risco operacional encontram-se registradas na Política Institucional de Gerenciamento do Risco Operacional, aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

O processo de gerenciamento de risco operacional consiste na avaliação qualitativa dos riscos por meio das etapas de identificação, avaliação, tratamento, documentação e armazenamento de informações de perdas operacionais e de recuperação de perdas operacionais, testes de avaliação dos sistemas de controle, comunicação e informação.

As perdas operacionais são comunicadas à área Risco Operacional e GCN – Gestão de Continuidade de Negócio, que interage com os gestores das áreas e identifica formalmente as causas, a adequação dos controles implementados e a necessidade de aprimoramento dos processos, inclusive com a inserção de novos controles.

Os resultados são apresentados à Diretoria e ao Conselho de Administração do CCS.

A metodologia de alocação de capital utilizada para a determinação da parcela de risco operacional (RWOperad) é a Abordagem do Indicador Básico.

36.2 Risco de Crédito

As diretrizes para o gerenciamento do risco de crédito encontram-se registradas na Política Institucional de Gerenciamento do Risco de Crédito, aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

O CCS é responsável pelo gerenciamento do risco de crédito do Sicoob, atuando na padronização de processos, metodologias de análise de risco de contrapartes e operações, e no monitoramento dos ativos que envolvem o risco de crédito.

Para mitigar o risco de crédito, o CCS dispõe de modelos de análise e de classificação de riscos com base em dados quantitativos e qualitativos, a fim de subsidiar o processo de cálculo do risco e de limites de crédito da contraparte, visando manter a boa qualidade da carteira. O CCS realiza testes periódicos de seus modelos, garantindo a aderência à condição econômico-financeira da contraparte. Realiza, ainda, o monitoramento da inadimplência da carteira e o acompanhamento das classificações das operações de acordo com a Resolução CBN nº 2.682/1999.

A estrutura de gerenciamento de risco de crédito prevê:

- a) fixação de políticas e estratégias, incluindo limites de risco;
- b) validação dos sistemas, modelos e procedimentos internos;
- c) estimativa (critérios consistentes e prudentes) de perdas associadas ao risco de crédito, bem como a comparação dos valores estimados com as perdas efetivamente observadas;
- d) acompanhamento específico das operações com partes relacionadas;
- e) procedimentos para o monitoramento das carteiras de crédito;
- f) identificação e tratamento de ativos problemáticos;
- g) sistemas, rotinas e procedimentos para identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar a exposição ao risco de crédito;
- h) monitoramento e reporte dos limites de apetite por riscos;
- i) informações gerenciais periódicas para os órgãos de governança;
- j) área responsável pelo cálculo do nível de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito;
- k) modelos para a avaliação do risco de crédito de contraparte, de acordo com a operação e com o público envolvido, que levam em conta características específicas dos ativos, bem como questões setoriais e macroeconômicas;

- i) aplicação de testes de estresse, identificando e avaliando potenciais vulnerabilidades da Instituição;
- m) limites de crédito para cada contraparte e limites globais por carteira ou por linha de crédito;
- n) avaliação específica de risco em novos produtos e serviços.

As normas internas de gerenciamento do risco de crédito incluem a estrutura organizacional e normativa, os modelos de classificação de risco de tomadores e de operações, os limites globais e individuais, a utilização de sistemas computacionais e o acompanhamento sistematizado contemplando a validação de modelos e conformidade dos processos.

3.6.3 Risco de Mercado e Variação das Taxas de Juros

As diretrizes para o gerenciamento dos riscos de mercado e de variação das taxas de juros estão descritas na Política Institucional de Gerenciamento do Risco de Mercado e de Risco de Variação das Taxas de Juros e no Manual de Gerenciamento do Risco de Mercado e do IRRBB, aprovados pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para as Cooperativas do segmento 53 e 54.

A estrutura de gerenciamento dos riscos de mercado e de variação das taxas de juros é proporcional à dimensão e à relevância da exposição aos riscos, adequada ao perfil dos riscos e à importância sistêmica da cooperativa, e capacitada para avaliar os riscos decorrentes das condições macroeconômicas e dos mercados em que a cooperativa atua.

O Sicoob dispõe de área especializada para o gerenciamento do risco de mercado e de variação das taxas de juros (IRRBB), com o objetivo de assegurar que o risco das

das Cooperativas seja administrado de acordo com os níveis definidos na Declaração de Apetite por Riscos (DAR) e com as diretrizes previstas nas políticas e nos manuais institucionais.

O sistema de mensuração, monitoramento e controle dos riscos de mercado e de variação das taxas de juros adotado pelo Sicoob baseia-se na aplicação de ferramentas amplamente difundidas, fundamentadas nas melhores práticas de gerenciamento de risco, abrangendo a totalidade das posições das Cooperativas.

O risco de mercado é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas, resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pela Instituição, e inclui:

- a) O risco de variação das taxas de juros e dos preços de ações, para os instrumentos classificados na carteira de negociação;
- b) O risco da variação cambial e dos preços de mercadorias (commodities) para os instrumentos classificados na carteira de negociação ou na carteira bancária.

O IRBES é definido com o risco, atual ou prospectivo, de impacto de movimentos adversos das taxas de juros no capital e nos resultados da Instituição, para os instrumentos classificados na carteira bancária.

Para a mensuração do risco de mercado das operações contidas na carteira de negociação, são utilizadas metodologias padronizadas do Banco Central do Brasil (BCB), que estabelece critérios e condições para a apuração das parcelas dos ativos ponderados pelo risco (RWA) para a cobertura do risco decorrente da exposição às taxas de juros, à variação cambial, aos preços de ações e aos preços de mercadorias (commodities).

Para a mensuração do risco das operações da carteira bancária sujeitas à variação das taxas de juros, são utilizadas duas metodologias que avaliam o impacto no:

- a) valor econômico (ΔVEV): diferença entre o valor presente do resgateamento dos fluxos em um cenário-base e o valor presente do resgateamento em um cenário de choque nas taxas de juros;
- b) resultado de intermediação financeira (ΔNI): diferença entre o resultado de intermediação financeira em um cenário-base e o resultado de intermediação financeira em um cenário de choque nas taxas de juros.

O acompanhamento do risco de mercado e do IRRBB das Cooperativas é realizado por meio da análise e avaliação do conjunto de relatórios, remetidos aos órgãos de governança, comitês e alta administração, que evidenciam, no mínimo:

- a) o valor do risco e o consumo de limite da carteira de negociação, nas abordagens padronizadas pelo BCB;
- b) os limites máximos do risco de mercado;
- c) o valor de marcação a mercado dos ativos e passivos da carteira de negociação, segregados por fatores de risco;
- d) o valor de risco e consumo de limite da carteira bancária, nas abordagens de valor econômico e do resultado de intermediação financeira, de acordo com as exigências normativas aplicáveis a cada segmento 53 e 54;
- e) os descasamentos entre os fluxos de ativos e passivos, segregados por prazos e fatores de risco;
- f) os limites máximos de risco de variação das taxas de juros (IRRBB);
- g) a sensibilidade para avaliar o impacto no valor de mercado dos fluxos de caixa da carteira, quando submetidos ao aumento paralelo de 1 (± 1) ponto-base na curva de juros;
- h) o valor presente das posições, descontadas pela expectativa de taxa de juros futuros da carteira de ativos e passivos;
- i) o resultado das perdas e dos ganhos embutidos (EGL);
- j) resultado dos cenários de estresse.

Em complemento, são realizados testes de estresse da carteira bancária e de negociação, para avaliar a sensibilidade do risco a cenários de estresse.

36.4 Risco de Mercado e Variação das Taxas de Juros

As diretrizes para o gerenciamento do risco de liquidez estão definidas na Política Institucional de Gerenciamento da Centralização Financeira, na Política Institucional de Gerenciamento do Risco de Liquidez e no Manual de Gerenciamento do Risco de Liquidez, aprovados pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

A estrutura de gerenciamento de risco de liquidez é compatível com a natureza das operações, com a complexidade dos produtos e serviços oferecidos, e proporcional à dimensão da exposição aos riscos das entidades do Sicoob.

O Sicoob dispõe de área especializada para o gerenciamento de risco liquidez, com o objetivo de assegurar que o risco das entidades seja administrado de acordo com os níveis definidos na Declaração de Apetite por Riscos (RAR) e com as diretrizes previstas nas políticas e nos manuais institucionais.

O gerenciamento do risco de liquidez das entidades do Sicoob atende aos aspectos e padrões previstos nos normativos emitidos pelos órgãos reguladores, aprimorados e alinhados permanentemente com as boas práticas de gestão.

O risco de liquidez é definido como a possibilidade de a entidade não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incurrir em perdas significativas, e/ou a possibilidade da entidade não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu valor elevado em relação ao volume normalmente transacionado, ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

Os instrumentos de gerenciamento do risco de liquidez utilizados são:

- a) acompanhamento do risco de liquidez das Cooperativas, realizado por meio da análise e avaliação do conjunto de relatórios, remetidos à órgãos de governança, comitês e alta administração, que evidenciem, no mínimo:
 - a.1) limite mínimo de liquidez;
 - a.2) fluxo de caixa projetado;
 - a.3) aplicação de cenários de extrems;
 - a.4) definição de planos de contingência.
- b) elaboração de relatórios que permitam a identificação e correção tempestiva das deficiências de controle e de gerenciamento do risco de liquidez;
- c) existência de plano de contingência contendo as estratégias a serem adotadas para assegurar condições de continuidade das atividades e para limitar perdas decorrentes do risco de liquidez.

São realizados testes de extrems utilizando análise de cenários, com o objetivo de identificar eventuais deficiências e situações atípicas que possam comprometer a liquidez das entidades do Sicob.

3.6.5 Riscos Social, Ambiental e Climático

As diretrizes para o gerenciamento dos riscos social, ambiental e climático é realizado com o objetivo de conhecer e mitigar riscos significativos que possam impactar as partes interessadas, além de produtos e serviços do Sicoob.

O Sicoob adota a Política Institucional de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática (PRISAC) na classificação da exposição das operações de crédito aos riscos sociais, ambientais e climáticos. A partir das orientações estabelecidas, é possível nortear os princípios e diretrizes visando contribuir para a concretização adequada à relevância da exposição aos riscos.

Risco Social: o processo de gerenciamento do risco social visa garantir o respeito à diversidade e à proteção de direitos nas relações de negócios e para todos os pessoas, evitando impactos negativos e perdas que possam afetar a imagem do Sicoob.

Risco Ambiental: o processo de gerenciamento do risco ambiental consiste na realização de avaliações sistêmicas por meio da obtenção de informações ambientais, disponibilizadas por órgãos competentes, observando potenciais impactos.

Risco Climático: o processo de gerenciamento do risco climático consiste na realização de avaliações sistêmicas considerando a probabilidade da ocorrência de eventos que possam ocasionar danos de origem climática, na observância dos riscos de transição e físico.

Os riscos social, ambiental e climático são observados nas linhas de negócios do Sicoob, seguindo os critérios de elegibilidade abaixo e avaliação desenvolvidos e divulgados nos manuais internos, em conformidade com as normas e regulamentações vigentes:

- a) setores de atuação de maior exposição aos riscos social, ambiental e climático;
- b) linhas de empréstimos e financiamentos de maior exposição aos riscos social, ambiental e climático;

c) valor de saldo devedor em operações de crédito de maior exposição aos riscos social, ambiental e climático.

As propostas de contrapartes actuadas por crime ambiental são analisadas por alçada específica.

O Sicoob não realiza operações com contrapartes que constem no cadastro de empregadores que tenham submetido trabalhadores a condições análogas à de escravo ou infantil.

36.6 Gerenciamento de Capital

O gerenciamento de capital das cooperativas é um processo contínuo e com postura prospectiva, que tem por objetivo avaliar a necessidade de capital das suas instituições, considerando os objetivos estratégicos do Sicoob para o horizonte mínimo de três anos.

As diretrizes para o monitoramento e controle contínuo do capital estão contidas na Política Institucional de Gerenciamento de Capital do Sicoob, à qual todas as instituições aderiram formalmente.

O processo de gerenciamento de capital é composto por um conjunto de metodologias que permitem às instituições identificar, avaliar e controlar as exposições relevantes, de forma a manter o capital compatível com os riscos incorridos. Dispõe, ainda, de um plano de capital específico, prevendo metas e projeções de capital que consideram os objetivos estratégicos, as principais fontes de capital e o plano de contingência; adicionalmente, são realizadas simulações de eventos severos e condições extremas de mercado, cujos resultados e impactos na estrutura de capital são apresentados à Diretoria e ao Conselho de Administração.

36.7 Gestão de Continuidade de Negócios

As diretrizes para a gestão de continuidade de negócios encontram-se registradas na Política Institucional de Gestão de Continuidade de Negócios, aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicob.

O processo de gestão de continuidade de negócios se desenvolve com base nas seguintes atividades:

- a) identificação da possibilidade de paralisação das atividades;
- b) avaliação dos impactos potenciais (resultados e consequências) que possam atingir a entidade, provenientes da paralisação das atividades;
- c) definição de estratégia de recuperação para a possibilidade de ocorrência de incidentes;
- d) continuidade planejada das operações (ativos de TI, pessoas, instalações, sistemas e processos), considerando procedimentos para antes, durante e depois da interrupção;
- e) transição entre a contingência e o retorno à normalidade (saída do incidente).

O CCS realiza a Análise de Impacto (AIN) para identificar os processos críticos sistêmicos, com o objetivo de definir subestratégias para a continuidade desses processos e, assim, resguardar o negócio de interrupções prolongadas que possam ameaçar sua continuidade. O resultado da AIN tem base nos impactos financeiro, legal e imagem.

São elaborados, anualmente, os Planos de Continuidade de Negócios contendo os principais procedimentos a serem executados para manter as atividades em funcionamento em momentos de contingência. Os Planos de Continuidade de Negócios são classificados em Plano de Continuidade Operacional (PCO) e Plano de Recuperação de Desastre (PRD).

Anualmente, são realizados testes nos Planos de Continuidade de Negócios para validar a sua efetividade.

37 Seguros Contratados – Não Auditado

A Cooperativa adota a política de contratar seguros de diversas modalidades, cuja cobertura é considerada suficiente pela Administração e pelos agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros. As premissas de riscos adotados, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações financeiras e, consequentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

38 Plano Para a Implementação da Regulamentação Contábil Estabelecida na Resolução CMN nº 4.966/2021

Em 25 de novembro de 2021, o Banco Central do Brasil emitiu a Resolução CMN nº 4.966/2021, que alterará os conceitos e critérios aplicáveis a instrumentos financeiros, convergindo com os principais conceitos da norma internacional "IFRS 9 – Instrumentos Financeiros".

A nova regra contábil entra em vigor a partir de 1º de janeiro de 2025, tendo as ajustes decorrentes da aplicação dos critérios contábeis estabelecidos por esta norma registrados em contrapartida à conta de sobras ou perdas acumuladas, pelo valor líquido dos efeitos tributários.

Dentre os requerimentos da nova norma, consta a necessidade de elaboração de um plano de implementação. O referido plano foi aprovado pelo Conselho de Administração de todas as Cooperativas participantes do Sistema de Cooperativas de Crédito do Brasil – Sicoob, durante o exercício de 2022.

a) Resumo do Plano de Implementação

Em atendimento ao disposto no inciso II do parágrafo único do artigo 76 da Resolução CMN nº 4.966/2021, divulgamos a seguir, de forma resumida, o plano de implementação da referida regulamentação:

Fase 1 - Avaliação (2022): Engloba atividades de diagnóstico para entendimento das principais alterações contábeis originadas pela Resolução, mapeamento dos principais sistemas impactados, elaboração de matriz com detalhamento dos planos de ações identificados e estabelecimento de cronograma com as respectivas designações de responsáveis. Para essa fase foi contratada consultoria especializada para auxiliar no processo de avaliação;

Fase 2 - Desenho (2023): Essa fase abrange as atividades de especificação das alterações sistêmicas necessárias, definição de arquitetura sistêmica, desenho de estratégia de transição, novos processos e políticas.

Fase 3 - Desenvolvimento (2023/2024): Compreende as atividades dos novos desenvolvimentos sistêmicos, metodologias de cálculos (exemplo: método da taxa de juros efetiva, modelos de perdas imparadas dos instrumentos financeiros), elaboração do "DE-PARA" do novo plano de contas e alterações em roteiros contábeis.

Fase 4 – Testes e Homologações (2024): Engloba a fase dos testes das alterações sistêmicas (em ambiente de homologação) e implantação dos desenvolvimentos sistêmicos testados;

Fase 5 – Atividades de transição (2024): Definição do novo modelo de divulgação, apuração do balanço de abertura e cálculo dos impactos da adoção inicial. Engloba também atividades de treinamentos, parallelismo de alguns desenvolvimentos sistêmicos prontos e novos processos;

Fase 6 – Adoção inicial (1º de janeiro de 2025): Adoção efetiva da norma.

SANTA CRUZ DAS PALMEIRAS-SP

DANIEL SOSSAI
DIRETOR ADMINISTRATIVO

FERNANDO GUGLIELMELLI DA SILVA
CONTADOR
CRC: 1SP251999/0-4

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da Cooperativa de Crédito da Livre Administração de Santa Cruz das Palmeiras e Região – SICOOB CREDIUCAR, pelos seus membros infra assinados, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, examinou o Relatório de Administração, o Balanço Patrimonial, Demonstração de Resultados, a Demonstração das Mudanças do Patrimônio Líquido, a Demonstração do Fluxo de Caixa, as Notas Explicativas, as Demonstrações Financeiras e concluiu os, com base no Parecer da Moore Prisma Auditores e Consultores, sem ressalvas, as documentações analisadas refletem adequadamente a situação patrimonial e a posição econômico financeira da Cooperativa em 31 de dezembro de 2022, razão pela qual recomendamos sua aprovação pela Assembleia Geral Ordinária dos cooperados.

Santa Cruz das Palmeiras-SP, 14 de março de 2023.

Antonio Duarte Ribeiro
Conselheiro Fiscal
CPF: 073.652.508-44

Sônia Rosinei Boscolo
Conselheira Fiscal
CPF: 059.084.038-06

Edemir Fabiano Gerdelli
Conselheiro Fiscal
CPF: 220.167.148-67

PRODUTOS DO SICOOB CREDIÇUCAR

TEMOS UM PORTFÓLIO DE PRODUTOS E SERVIÇOS
PARA VOCÊ E SUA EMPRESA!

► SEGUROS

- Seguros Vida
- Seguros Gerais (Seguro Auto, Seguro Celular, Seguro Transações Sicoob, Seguro Empresarial, Seguro Residencial)

► SICOOB CONSORCIO

- Imóveis, Veículos, Bens Duráveis e Serviços

► PAGAMENTOS

- Cobrança Bancária Sicoob

► ADQUIRÊNCIA (Máquina de Cartão)

- Sipag 2.0
- Sipaguinha

► CARTÕES

- Sicoobcard
- Cartão Sicoob

► INVESTIMENTOS

- Poupança
- RDC
- LCI
- LCA

► CRÉDITO

- Crédito Pessoal
- Financiamento de Veículos
- Capital de Giro
- Crédito Home Equity
- Conta Garantida
- Cheque Especial
- Crédito Rotativo
- Crédito Automático
- Crédito Consignado
- Crédito Imobiliário
- Crédito Rural
- Antecipação de Recebíveis

► PREVIDÊNCIA

- Previdência VGR
- Previdência PGU

► SICOOB TAG

► COOPCERTO PRÉ-PAGO

Fale com seu gerente e saiba mais!

 **SICOOB**
CREDIÇUCAR

Atendimento ao cliente: 0800 722 0000



ASMA COOPERATIVA FORTE

SANTA CRUZ DAS PALMEIRAS • VARGEM GRANDE DO SUL • CASA BRANCA • PORTO FERREIRA

www.credicucar.com.br

